

# Anais *2024*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Professor Mello Cançado

---

M149

Mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas 2024.

Anais da mostra de monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas,  
01 a 04 de julho de 2024 e 09 a 12 de dezembro de 2024 / Organizador  
Reinaldo Rícharði Oliveira Galvão. -- Pará de Minas: FAPAM, 2026.

91 p.

Vários autores.

Vários colaboradores.

1. Monografias. 2. Trabalho de conclusão de curso. 3. Direito. 4.  
Enfermagem. 5. Psicologia. I. Título

CDD:001.42

CDU: 003.6

---

Bibliotecária: Janaína Cunha da Silva – CRB-6/3701

## **CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

---

### **DIRETORIA DA CONFRARIA – MANTENEDORA (2026 – 2028)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará De Minas – MG  
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL  
REVMO. PE Emerson José da Cunha  
PRESIDENTE  
Neimar Paulo da Silva  
VICE-PRESIDENTE  
Clarice Aparecida Camargos de Oliveira  
PRIMEIRA SECRETÁRIA  
Marli Soares Santos Sousa  
SEGUNDA SECRETÁRIA  
Regina Maria Mendonça Álvares Medeiros  
PRIMEIRA TESOUREIRA  
Clarice Aparecida Camargos de Oliveira  
SEGUNDO TESOUREIRO  
PE Alex Cristiano dos Santos

### **FACULDADE CATÓLICA DE PARÁ DE MINAS – MANTIDA (2026 - ATUAL)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará De Minas – MG  
(37) 3237-2000

DIRETOR GERAL  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO (CONSEPE)  
Esp. João Paulo Corradi Vasconcelos  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)  
Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa  
Morais – Coordenador  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E  
EXTENSÃO (CEPE)  
Prof. Msc. Reinaldo Rícharði de Oliveira Galvão –  
Coordenador

## PREFÁCIO

É com imensa satisfação e senso de responsabilidade que apresentamos os **Anais da Mostra de Monografias da Faculdade Católica de Pará de Minas (FAPAM) – Edição 2024**. Esta publicação não é apenas um compêndio de requisitos acadêmicos cumpridos; é, acima de tudo, o testemunho da inquietude intelectual e do compromisso social que permeiam nossa instituição.

Vivemos tempos de transformações aceleradas e desafios complexos, onde a resposta para as perguntas de ontem já não satisfaz as demandas de hoje. É neste cenário que a pesquisa acadêmica se revela indispensável. Ao folhear estas páginas, o leitor encontrará não apenas teorias, mas diálogos profundos entre a academia e a "vida real", protagonizados pelos nossos discentes dos cursos de Enfermagem, Psicologia e Direito.

Na área da **Enfermagem**, percebemos um olhar sensível voltado tanto para a humanização quanto para as novas demandas de saúde pública. Trabalhos como *"Benefícios da Implantação do Centro de Parto Normal na Maternidade do Hospital Nossa Senhora da Conceição"* reforçam a necessidade de devolvermos o protagonismo à mulher no momento do parto, uma discussão urgente em nossa sociedade. Simultaneamente, a atenção àqueles que cuidam da segurança pública é trazida à luz em *"Assistência do Enfermeiro na Saúde Mental dos Policiais Penais"*, demonstrando que o cuidado de enfermagem transcende as paredes hospitalares e atinge as estruturas fundamentais do estado.

No campo da **Psicologia**, os acadêmicos demonstraram uma acurada percepção das subjetividades contemporâneas, atravessadas pela tecnologia e pelas questões sociais. Em um mundo onde a imagem muitas vezes se sobrepõe à essência, a pesquisa *"A espetacularização da Intimidade no Instagram à Luz do Filme o Show de Truman"* nos convida a refletir sobre os limites da privacidade na era digital. Ademais, a psicologia social se faz presente e combativa em temas como *"Os Impactos do Racismo Na Formação Subjetiva da População Negra"*, reafirmando o compromisso da psicologia com a justiça social e a compreensão das dores causadas por estruturas históricas de opressão.

Já na esfera do **Direito**, a produção discente de 2024 enfrentou, com coragem, as fronteiras entre a lei, a tecnologia e as novas dinâmicas econômicas. A inserção da tecnologia no judiciário é debatida em *"Direito Civil e Inteligência Artificial: Uma Análise dos Impactos e Desafios na Prática Jurídica"*, um tema inescapável para o futuro da profissão. de igual relevância e atualidade, diante da explosão das "bets" no Brasil, destaca-se a análise sobre *"Esquemas Ilegais de Apostas*

*Esportivas"*, provando que o Direito na FAPAM está atento e reativo aos fenômenos que impactam diretamente a economia e a fé pública nacional.

Estes trabalhos são frutos de um solo fértil, cultivado arduamente pelos nossos **professores**. Aos docentes, estendo meus mais sinceros parabéns e agradecimento. Manter viva a chama da pesquisa acadêmica exige dedicação, paciência e paixão. Vocês são os guardiões que transformam a curiosidade do aluno em método científico, e a informação difusa em conhecimento estruturado.

É imperativo lembrar que o Ensino Superior se sustenta sobre um tripé indissociável: Ensino, Pesquisa e Extensão. O que vemos nestes Anais é a materialização da Pesquisa, que nutre o Ensino com novos saberes e fundamenta a Extensão ao propor soluções para a comunidade: aqui não formamos apenas profissionais em suas áreas; formamos pensadores e cidadãos capazes de ler o mundo e intervir nele.

Encerro este prefácio com as palavras do patrono da educação brasileira, Paulo Freire:

*"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção."*

Que esta obra sirva exatamente a este propósito: não apenas transferir o que foi descoberto nestes trabalhos, mas inspirar novas produções, novas construções e, conseqüentemente, novas transformações na sociedade de Pará de Minas e do Brasil.

Boa leitura a todos.

Prof. Reinaldo Rícharði Oliveira Galvão, MSC.

**Coordenador do Centro de Pesquisa e Extensão**

**Editor do Comitê Editorial**

Faculdade Católica de Pará de Minas - 2025.

## SUMÁRIO

<b>ENFERMAGEM - 1º. SEMESTRE DE 2024</b> .....	12
BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE PARTO NORMAL NA MATERNIDADE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM PARÁ DE MINAS .....	13
ASSISTÊNCIA DO (DA) ENFERMEIRO (A) NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIIS DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL .....	14
COMUNICAÇÃO EFETIVA PARA O USO SEGURO DE MEDICAMENTOS PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA .....	15
DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS NA POPULAÇÃO DE PARÁ DE MINAS .....	16
A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA ENFERMAGEM NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA .....	17
ACIDENTES DOMÉSTICOS EM CRIANÇAS: CONHECIMENTOS DOS PAIS E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS .....	18
LIDERANÇA E SEUS ASPECTOS PARA O ENFERMEIRO .....	19
SÍFILIS ADQUIRIDA: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, INCIDÊNCIA EM ADOLESCENTES E AÇÕES DE PREVENÇÃO .....	20
<b>PSICOLOGIA - 1º. SEMESTRE DE 2024</b> .....	21
O TABU DA MORTE E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DE LUTO.....	22
A PATOLOGIZAÇÃO DA SINGULARIDADE NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA DA MEDICALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS .....	23
O IMPACTO DOS JOGOS ELETRÔNICOS NA SAÚDE MENTAL DOS JOGADORES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PSICOLOGIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL .....	24
IMPACTOS DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE CARREIRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA .....	25
PSICOLOGIA E INCLUSÃO: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO .....	26

A ESPETACULARIZAÇÃO DA INTIMIDADE NO INSTAGRAM À LUZ DO FILME O SHOW DE TRUMAN.....	27
NARCISISMO MATERNO: IMPACTOS COGNITIVOS E PSICOSSOCIAIS NA CRIAÇÃO DOS FILHOS.....	28
OS IMPACTOS DO RACISMO NA FORMAÇÃO SUBJETIVA DA POPULAÇÃO NEGRA: UM ESTUDO SOBRE AS INSCRIÇÕES PSÍQUICAS NA SUBJETIVIDADE DA PESSOA NEGRA.....	29
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO PARA A SAÚDE MENTAL DOS CANDIDATOS EM PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS .....	30
A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO A IDOSOS EM CUIDADOS PALIATIVOS .....	31
OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES ENCARCERADAS .....	32
AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NAS ORGANIZAÇÕES .....	33
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ENFRENTANDO AS MUDANÇAS DE IDENTIDADE ATRAVÉS DA DIALÉTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DE SILVIA LANE.....	34
INTIMIDADE DIGITAL: AS MOTIVAÇÕES DA SUPEREXPOSIÇÃO DA INFÂNCIA NAS REDES SOCIAIS.....	35
A PSIQUE EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA: REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA E INTERVENÇÕES PSICANALÍTICAS.....	36
AS HERANÇAS ESTRUTURANTES DO AMOR NEURÓTICO, E ALGO MAIS .....	37
O SILENCIAMENTO DOS ENLUTADOS POR SUICÍDIO.....	38
EMOÇÕES E COMPORTAMENTO DOS CONDUTORES NO TRÂNSITO .....	39
FREUD E ABRAMOVIC: POSSÍVEIS LEITURAS SOCIAIS DA PSICANÁLISE NA OBRA “A ARTISTA ESTÁ PRESENTE” .....	40
O PAPEL DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL DO CUIDADOR DA PESSOA EM SOFRIMENTO MENTAL .....	41
A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NO PERÍODO GESTACIONAL .....	42
PERDAS, LUTO E SENTIDO SOB A PERSPECTIVA DA CLÍNICA HUMANISTA EXISTENCIAL.....	43

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA E A BUSCA POR REFERÊNCIAS NAS REDES SOCIAIS .....	44
UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA PSICOLOGIA PERANTE OS IMPACTOS DA HOMOFOBIA INTERNALIZADA EM HOMOSSEXUAIS.....	45
<b>DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2024 .....</b>	<b>46</b>
INFLUÊNCIA DA LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA .....	47
TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS: ANÁLISE JURÍDICA E SUAS IMPLICAÇÕES .....	48
CRIMES DE REDUÇÃO DA PESSOA À SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO: INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO PARA A SUA EVITAÇÃO .....	49
LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 310 PARÁGRAFO SEGUNDO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	50
RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO: UM ESTUDO SOB OS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO.....	51
AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES .....	52
A CONSTITUCIONALIDADE DA PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TST E DO STF.....	53
A IMPORTÂNCIA DO PENSIONAMENTO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOB A LUZ DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA.....	54
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ANALISANDO AS PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS .....	55
DIVULGAÇÃO DE IMAGEM NO WHATSAPP E DANOS MORAIS .....	56
ESTUDO DA FALÊNCIA DA EMPRESA E AS REPERCUSSÕES NA SEARA JUSTRABALHISTA.....	57
A ANÁLISE DA DESCONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO .....	58
DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA COMO MODO DE GARANTIR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	59

JUSTIÇA RESTAURATIVA E DIREITO PENAL: INTEGRAÇÃO AO SISTEMA PENAL E SEUS EFEITOS SOBRE A REABILITAÇÃO DOS INFRATORES E NA REPARAÇÃO DAS VÍTIMAS.....	60
TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: IMPLICAÇÕES LEGAIS E SOCIAIS PARA OS TRABALHADORES E AS CONSEQUÊNCIAS DIANTE DAS REFORMAS TRABALHISTAS .....	61
ESTUPRO MARITAL E VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DA MULHER.....	62
RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS DIRIGENTES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITOS.....	63
ANÁLISE DO FENÔMENO DE ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL E A APLICAÇÃO DO MÉTODO APAC COMO OPÇÃO PARA HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE .....	64
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: ENFOQUE LEGAL E MEDIDAS INSTITUCIONAIS DE COMBATE .....	65
DIREITO CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS NA PRÁTICA JURÍDICA .....	66
A CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO E A NOVA FACE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO .....	67
A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: IMPACTOS DA ADPF 779 .....	68
A RESCISÃO CONTRATUAL E AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA .....	69
_TOC219469326	
A EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO AO LONGO DOS SÉCULOS E SEU IMPACTO NO CAMPO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO.....	70
PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	71
ESQUEMAS ILEGAIS DE APOSTAS ESPORTIVAS.....	72
USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: NOVA FORMA DE (DES)JUDICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS E O QUE DISPÕE O CPC.....	73
AUTODETERMINAÇÃO DO RELATIVAMENTE INCAPAZ EM SE SUBMETER A TRATAMENTO MÉDICO-TERAPÊUTICO.....	74
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELOS PREJUÍZOS DECORRENTES DO ANÚNCIO DE JOGOS DE APOSTAS.....	75

O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE POST MORTEM DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: ANÁLISE DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM E SEUS EFEITOS SUCESSÓRIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES .....	76
A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESPONSABILIDADE PENAL EM TRAGÉDIAS EM MASSA: UM ESTUDO FOCAL SOBRE O CASO DA BOATE KISS .....	77
A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE .....	78
UMA ANÁLISE SOBRE O REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS SEPTUAGENÁRIOS E A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ARE Nº 1309642 .....	79
ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	80
O DIREITO TRABALHISTA E A PROTEÇÃO DA MATERNIDADE: A DIFÍCIL MISSÃO DE SER MÃE DENTRO DO MERCADO DE TRABALHO .....	81
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE CONDUTAS OMISSIVAS: OS DESASTRES CAUSADOS POR ROMPIMENTO DE BARRAGENS .....	82
FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES DA CONFISSÃO NO ACORDE DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL .....	83
A IMPENHORABILIDADE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NA FASE DE EXECUÇÃO ...	84
A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO DIREITO À APODENTADORIA DE MULHERES E HOMENS TRANS .....	85
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ASSOCIAÇÕES CIVIS.....	86
ANÁLISE DA (NÃO) OBRIGATORIEDADE DO PARECER JURÍDICO SOB A ÓTICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS .....	87
DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA: UM ESTUDO SOA A ÓTICA DA AUTODETERMINAÇÃO DA PESSOA HUMANA E APONTAMENTOS CRÍTICOS DAS QUESTÕES PENAS.....	88
O FUTURO DAS DECISÕES JUDICIAIS: INCORPORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NECESSIDADE DE ALINHAMENTO COM A DINÂMICA DA REALIDADE JURÍDICA .....	89

HERANÇA DIGITAL: OS IMPACTOS DE SUA PROPOSTA DE TUTELA SOBRE A DEFESA PÓSTUMA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE .....	90
CRIMES CIBERNÉTICOS EM ÂMBITO CORPORATIVO: DESAFIOS JURÍDICOS E VISIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	91

# ENFERMAGEM - 1º. SEMESTRE DE 2024

---

## **BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE PARTO NORMAL NA MATERNIDADE DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM PARÁ DE MINAS**

BÁRBARA APARECIDA NOGUEIRA  
nogueirabarbara@outlook.com

BRUNA RAFAELA NUNES DA SILVA  
brunarafans0088@gmail.com

SÍLVIA VALADARES DUARTE  
silvia.duarte@fapam.edu.br

CLAUDINE CARVALHO SANTANA DOS SANTOS

CRISTIANO XAVIER PAULINO

### **RESUMO**

**Objetivos:** descrever os benefícios da implantação do Centro de Parto Normal (CPN) do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), no município de Pará de Minas; discutir sobre a importância da enfermagem obstétrica, bem como a necessidade e a viabilidade da implantação deste Centro. **Método:** trata-se de uma revisão narrativa de literatura realizada entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. Todos os artigos foram submetidos à Plataforma Sucupira, sendo excluídos aqueles classificados como categoria C. Foram extraídos um total de 42 fontes de pesquisa dentre as quais, 8 artigos foram excluídos de acordo com os critérios de classificação. As 34 fontes citadas estão distribuídas da seguinte forma: 5 manuais, 5 bases de dados, 3 portarias, 2 resoluções, 1 lei e 18 artigos científicos. **Resultados:** o principal benefício da implantação do CPN seria contribuir para a redução de taxa de cesáreas desnecessárias, incentivando o parto normal levando em consideração todos os seus benefícios. Dessa forma, enfatiza-se a importância da enfermagem obstétrica, resgatando a privacidade e a dignidade da mulher ao dar à luz em um local semelhante ao seu ambiente familiar, garantindo um cuidado individualizado a cada mulher e família. **Conclusão:** Os principais benefícios da implementação do CPN na maternidade do HNSC estão relacionados a conquistar melhores indicadores de saúde com a diminuição das taxas de cesarianas realizadas, refletindo em uma assistência mais humanizada para a população atendida pela maternidade. Apesar dos obstáculos ainda existentes para que o projeto possa ser implantado, é só uma questão de tempo para que o município e seus gestores se adequem às novas tendências do cenário obstétrico, que tem como foco o protagonismo da mulher no trabalho de parto e a assistência especializada da enfermagem obstétrica que é fundamental nesse processo.

**PALAVRAS-CHAVE:** parto normal; parto humanizado; enfermagem obstétrica; serviços de saúde materno-infantil.

## **ASSISTÊNCIA DO (DA) ENFERMEIRO (A) NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIIS DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL**

CLARA DE LOURDES OLIVEIRA FERREIRA  
claralourdesxavier@gmail.com

DANIELE CHAVES DE AZEVEDO  
danielechaves7595@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

MARYA EDUARDA DOS SANTOS

### **RESUMO**

O presente estudo explora o papel da assistência de enfermagem na saúde mental dos policiais penais no sistema prisional brasileiro. A enfermagem desempenha um papel vital na promoção da saúde mental desses profissionais, os quais enfrentam desafios significativos devido às condições adversas de trabalho, como a exposição contínua à violência e a superlotação nas prisões. A análise de fatores que comprometem a qualidade de vida dos policiais penais é essencial para desenvolver estratégias de prevenção e intervenção. A promoção da saúde mental, por meio de ações educativas, visa melhorar o bem-estar psicológico e emocional desses trabalhadores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** assistência de enfermagem; saúde mental; policiais penais; sistema prisional; promoção da saúde.

## **COMUNICAÇÃO EFETIVA PARA O USO SEGURO DE MEDICAMENTOS PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA**

DANIELA ALVES DE ARAÚJO  
danielalves0790@gmail.com

DJANIRA SOARES DO AMARAL MENDES  
deijasoaes2880@gmail.com

DEBORAH FRANSCIELLE DA FONSECA  
deborah.fonseca@fapam.edu.br

PATRÍCIA APARECIDA DOS SANTOS MARINHO

NATANE MOREIRA DE CARVALHO

### **RESUMO**

**Objetivo:** identificar a literatura científica sobre a promoção da comunicação efetiva entre a equipe de enfermagem, para o uso seguro de medicamentos. **Métodos:** tratar-se-á de revisão integrativa da literatura, realizada nas bases Public Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (PUBMED), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS), nos meses de março e abril de 2024, sem limite temporal. **Resultados:** trinta e seis estudos foram selecionados para esta revisão; 83,33% destes são do tipo descritivo, distribuídos em publicações pela Austrália (30,55%), Estados Unidos da América (19,44%) e Brasil (13,88%). As principais recomendações para promover a comunicação efetiva entre a equipe de enfermagem para o uso seguro de medicamentos, foram listadas em três categorias: viabilizar o ambiente e processo de trabalho seguros; favorecer a atuação integrada e eficaz da equipe de enfermagem; promover a cultura de comunicação segura. **Conclusão:** a comunicação efetiva entre a equipe de enfermagem para o uso seguro de medicamentos ocorre quando há a implementação de estratégias institucionais e multiprofissionais, para promoção da segurança do ambiente, do processo de trabalho e da cultura de comunicação, baseados em evidências científicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação em saúde, comunicação, erros de medicação, segurança do paciente, enfermagem.

## DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS EM IDOSOS NA POPULAÇÃO DE PARÁ DE MINAS

DEYSEANNE PEREIRA LIMA  
deyseanne\_pereira@outlook.com

HELENA ALVES MACHADO  
helenamachado0120@hotmail.com

NATANE MOREIRA CARVALHO  
natane.carvalho@fapam.edu.br

REINALDO RÍCHARDI OLIVEIRA GALVÃO  
reinaldo.galvao@fapam.edu.br

### RESUMO

O presente artigo teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico, comportamental e clínico dos idosos no município de Pará de Minas. Trata-se de um estudo de campo, de caráter descritivo, com delineamento transversal e abordagem quantitativa. Para coleta de dados, utilizou-se o questionário estruturado e multidimensional com base no ELSI-Questionário, abordando as características sociodemográficas, comportamentos em saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e fatores de risco associados. A prevalência de idosos foram mulheres, autodeclarados brancos. 62,53% responderam que realizam caminhada contínua e somente 9,92% dizem realizar atividades físicas vigorosas na semana. 53,72% dos idosos relataram consumir verduras, legumes e frutas diariamente, 68,32% responderam que nunca beberam e 85,67% disseram não fumar. 69,97% dos entrevistados relatam ser diagnosticados com Hipertensão, 36,64%, com Diabetes, assim como 36,09% disseram ser diagnosticados com Hipercolesterolemia. E sobre a autoavaliação sobre a saúde geral, 38,57% disseram ser regular. A caracterização da população idosa de Pará de Minas torna possível a assertividade na criação de projetos, criação de políticas públicas voltadas a esta população, bem como ações efetivas para prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** doenças crônicas não transmissíveis; idosos; envelhecimento; políticas públicas.

## **A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA ENFERMAGEM NA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A MULHER: URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

FERNANDA GUIMARÃES VASANTE  
fernandaguimaraesvasante@gmail.com

RAYRA DA CONCEIÇÃO EDUARDO  
rayraeduardoconceicao@gmail.com

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

### **RESUMO**

**Objetivo:** analisar as dificuldades encontradas pelos enfermeiros (as) durante a assistência de enfermagem às mulheres em situações de violência sexual no serviço de urgência e emergência. **Métodos:** trata-se de uma revisão narrativa, realizada nas bases BVS, SciELO, Google Acadêmico, Ministério da Saúde, Atlas da Violência, Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Resultados:** trinta e seis estudos foram selecionados para esta revisão e, para a finalidade de confirmar o estudo abordado, foram criadas três categorias: violência sexual; abordagem dos enfermeiros (as) no serviço de urgência e emergência às vítimas de violência sexual; e dificuldades encontradas pelos enfermeiros (as) durante a assistência às vítimas de violência sexual. **Conclusão:** o papel da enfermagem é essencial na assistência de casos de violência sexual contra a mulher, desde o atendimento inicial até o suporte contínuo e a prevenção, contribuindo para a recuperação física e mental das vítimas.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; violência sexual; papel da enfermagem.

## **ACIDENTES DOMÉSTICOS EM CRIANÇAS: CONHECIMENTOS DOS PAIS E ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**

GABRIELLE SILVA CARDOSO  
gabriellecardoso150746@gmail.com

MARIA CAROLINA PEREIRA BARCELOS  
maria.barcelos@fapam.edu.br

NATANE MOREIRA DE CARVALHO  
natane.carvalho@fapam.edu.br

DEBORAH FRANSCIELLE FONSECA  
deborah.fonseca@fapam.edu.br

MARIANA VIEGAS GUIMARÃES  
mariana.guimaraes@fapam.edu.br

### **RESUMO**

**Introdução:** A primeira infância é um período essencial de desenvolvimento do ser humano e é considerada uma fase vulnerável a acidentes domésticos, sendo esses considerados um grande problema de saúde pública. **Objetivo:** identificar o conhecimento de pais/responsáveis sobre a prevenção e assistência frente aos acidentes domésticos em crianças e avaliar a percepção dos enfermeiros sobre sua segurança e confiança ao prestar primeiros socorros frente aos acidentes domésticos em crianças. **Metodologia:** estudo descritivo, exploratório e quantitativo, com delineamento transversal, realizado com pais/responsáveis adscritos nas equipes de Saúde da Família de Pará de Minas e enfermeiros que atuam nestas equipes. **Resultados:** A maior parte dos pais/responsáveis considera o domicílio seguro, embora 19,51% das crianças já tenham sofrido acidentes domésticos; enquanto os enfermeiros, 50% se sentem confiantes em prestar primeiros socorros frente aos acidentes domésticos em crianças, embora a maior parte não realize orientações sobre prevenção de acidentes. **Conclusão:** Este estudo avaliou o conhecimento dos pais/responsáveis sobre prevenção e assistência em acidentes domésticos com crianças em Pará de Minas, ressaltando a importância da conscientização e preparo desses responsáveis para o manejo de primeiros socorros em casa. A pesquisa sugere ações contínuas de educação e treinamento por profissionais de saúde, por meio de políticas públicas, para garantir a segurança no atendimento infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** acidentes domésticos; crianças; prevenção; enfermeiro; Atenção Primária à Saúde; pais.

## LIDERANÇA E SEUS ASPECTOS PARA O ENFERMEIRO

THALITA ANDRADE PEREIRA  
athalita112@gmail.com

VERÔNICA APARECIDA DE CARVALHO  
vc7677365@gmail.com

RENATO VASCONCELOS DE MELO  
renato.melo@fapam.edu.br

GRAZIELE APARECIDA DA COSTA  
graziele.costa@fapam.edu.br

### RESUMO

O estudo teve como objetivo analisar as contribuições das pesquisas sobre liderança e seus aspectos para o enfermeiro líder. Para isso, foi realizada uma revisão narrativa de literatura, abrangendo artigos publicados entre 2004 e 2024, encontrados nas bases de dados Scielo, BVS e Google acadêmico. Os resultados apontaram diversos desafios relacionados à liderança no contexto da enfermagem, incluindo ação de liderar, conhecimento, comunicação, determinação, responsabilidade, influência e saber ouvir. A conclusão do estudo reforça que a liderança é uma competência essencial para os enfermeiros, destacando a necessidade de mudanças comportamentais, busca contínua por novos conhecimentos e dedicação responsável no desenvolvimento das habilidades de liderança. Além disso, é fundamental que a abordagem teórico-prática da liderança seja discutida e desenvolvida durante a formação acadêmica dos enfermeiros, preparando-os adequadamente para os desafios da prática profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liderança na enfermagem; Gestão de pessoas; Desafios na liderança; Relação líder x liderados.

## **SÍFILIS ADQUIRIDA: CARACTERÍSTICAS, DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO, INCIDÊNCIA EM ADOLESCENTES E AÇÕES DE PREVENÇÃO**

VITÓRIA STÉFANI CHAGAS  
stefanivitoria100@gmail.com

DEBORAH FRANSCIELLE DA FONSECA  
deborah.fonseca@fapam.edu.br

GUILHERME AUGUSTO FERREIRA DA COSTA  
guilherme.costa@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo foi realizar um levantamento bibliográfico para delinear as principais características, diagnóstico, tratamento, incidência de sífilis adquirida em adolescentes e ações de prevenção para este público no Brasil. O método adotado foi a realização de uma revisão narrativa de literatura, a partir de artigos científicos, manuais, diretrizes e livros, provenientes de plataformas Scientific Electronic Library Online (Scielo), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e do Ministério da Saúde do Brasil. Para melhor compreensão dos achados o estudo foi dividido em quatro fases, sendo elas: 1) características da sífilis adquirida, 2) diagnóstico da doença, 3) tratamento da doença, 4) incidência da sífilis e as ações preventivas voltadas aos adolescentes. Foi evidenciado que poucos estudos trazem sobre o cenário da sífilis no público adolescente, que na microrregião de Pará de Minas oito por cento dos casos de sífilis adquirida ocorrem em adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos. Conclui-se que os adolescentes precisam de informações objetivas, apoio familiar, escolar, profissionais da saúde e de conhecimento sobre a sífilis adquirida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sífilis. Adolescente. Educação em Saúde. Infecção Sexualmente Transmissível. Epidemiologia.

# PSICOLOGIA - 1º. SEMESTRE DE 2024

---

## **O TABU DA MORTE E SEUS IMPACTOS NO TRABALHO DE LUTO**

ANA LUIZA DE OLIVEIRA LEMOS BESSA  
psi.anabessa@gmail.com

CAROLINE BATISTA GOMES  
carolinebatista2020@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo tem como finalidade analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a influência do tabu da morte na elaboração do trabalho de luto. Para tanto, esta pesquisa, fundamentada na abordagem psicanalítica, contextualiza historicamente a morte na cultura ocidental e discute sua construção como um tabu. Posteriormente, explana quais são as influências do tabu da morte no trabalho do luto, tendo como base os autores Sigmund Freud e Philippe Ariès. A análise revela como o tabu da morte influencia com normas implícitas que moldam a expressão adequada para a vivência do processo de luto para a sociedade, invalidando e silenciando suas diversas manifestações, o que dificulta a elaboração. A perda por morte concreta, que antes era experienciado por toda uma comunidade local, torna-se silenciado, sufocado e solitário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Luto; trabalho no luto; morte invertida; tabu da morte; morte.

## **A PATOLOGIZAÇÃO DA SINGULARIDADE NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A CULTURA DA MEDICALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS**

BRUNA FLORES NOGUEIRA  
brunafloresnogueira17@gmail.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO  
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo aborda a interseção entre medicação e medicalização, destacando como avanços medicinais transformam questões sociais em problemas médicos. Exemplifica-se o fenômeno de transformar comportamentos normais em patologias através do uso indiscriminado de medicamentos, especialmente na infância, refletindo um controle social e comercial sobre saúde e normatividade. A medicalização transforma pressões sociais, como ansiedade, em distúrbios tratáveis com medicamentos, centralizando o poder na autoridade médica e limitando a autonomia individual, conforme discutido por Ivan Illich. Para fundamentar este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica focada principalmente nas contribuições teóricas de Michel Foucault, Ivan Illich e Zygmunt Bauman, com o objetivo de explicar a cultura da medicalização e seus impactos na infância. Faz-se, portanto, necessário, estabelecer uma compreensão acerca das implicações da medicalização na modernidade líquida para uma possível compreensão das suas consequências na autonomia individual e a saúde pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicação; medicalização; infância; modernidade líquida.

## **O IMPACTO DOS JOGOS ELETRÔNICOS NA SAÚDE MENTAL DOS JOGADORES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DA PSICOLOGIA COGNITIVO- COMPORTAMENTAL**

CAIO FELIPE FERNANDES LIMA  
caiofflima@protonmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Objetiva-se, através do presente estudo científico, analisar os elementos que permeiam à medida socioeducativa de internação provisória prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, enfatizando o seu caráter cautelar e a limitação temporal de 45 dias estabelecida pela legislação pátria. A pesquisa parte da constatação de que esse prazo tem sido amplamente debatido pela doutrina e pela jurisprudência hodiernas, sobretudo diante da diversidade e da complexidade dos casos que envolvem adolescentes autores de atos infracionais. Para tanto, enfatiza-se que o trabalho examina os fundamentos teóricos das medidas socioeducativas, os princípios constitucionais e infraconstitucionais que norteiam a proteção integral e o melhor interesse do menor, bem como os critérios que orientam a excepcionalidade da internação provisória. Tem-se que, a partir de uma abordagem qualitativa e bibliográfica, o estudo discute a possibilidade de prorrogação do prazo legal, avaliando entendimentos doutrinários e decisões judiciais contemporâneas que sustentam a necessidade de flexibilização em situações que envolvem condutas graves e risco à coletividade. Conclui-se que a extensão do prazo pode ser admitida, desde que fundamentada em uma análise individualizada, com sopesamento de direitos e princípios, de modo a equilibrar a proteção social e o respeito às garantias processuais atinentes ao adolescente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internação Provisória. Medidas Socioeducativas. Estatuto Da Criança E Do Adolescente. Prorrogação De Prazo. Devido Processo Legal.

## **IMPACTOS DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE CARREIRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL E DE VULNERABILIDADE SOCIAL: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA**

DANIELLE FERNANDA SILVA CAMPOS  
danielle6816@gmail.com

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A Orientação Profissional e de Carreira (OPC) busca capacitar o indivíduo nos momentos de escolhas profissionais, ao longo da vida, entretanto, compreende-se que tal processo é restrito, ainda sendo ofertado, principalmente, para as classes mais altas da sociedade. Nesse sentido, buscou-se compreender quais seriam os impactos da aplicação de orientação profissional e de carreira no contexto educacional e de vulnerabilidade social, mais especificamente, na educação básica e pública brasileira. Para tanto, realizou-se uma revisão integrativa da literatura com análise de estudos brasileiros que descreveram processos de OPC, juntamente, utilizou-se a teoria do conhecimento sócio-histórica para compreender e contextualizar os dados. Como resultados, entende-se que a Orientação Profissional e de Carreira pode ser promotora de saúde, levando a impactos significativos na realidade de vida do orientando, desde que leve em consideração o seu contexto social. Ademais, não é possível afirmar com exatidão quais os impactos da aplicação de processos de OPC nas escolas públicas, mas, acredita-se que, conforme as experiências até então já realizadas, de que a OPC é uma ferramenta de empoderamento do sujeito, auxiliando no desenvolvimento do autoconhecimento, na consciência da amplitude do trabalho e na afirmação de si.

**PALAVRAS-CHAVE:** orientação profissional e de carreira; educação básica; vulnerabilidade social; abordagem sócio-histórica.

## **PSICOLOGIA E INCLUSÃO: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO**

EDUARDA DE OLIVEIRA GONÇALVES  
duda012eo@gmail.com

DENISE SANCHES LOPES  
denisesancheslopes@gmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo investiga o papel fundamental dos psicólogos na promoção da inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho. A pesquisa destaca a importância do suporte psicológico, bem como das estratégias de intervenção e sensibilização para a criação de ambientes laborais mais inclusivos. Observa-se que a falta de convivência com PCDs perpetua concepções equivocadas sobre suas capacidades, resultando em práticas seletivas de contratação que favorecem PCDs que demandam menos adaptações, visando reduzir custos para os empregadores. A inclusão de PCDs no mercado de trabalho é abordada como um desafio crucial do ponto de vista social e econômico, enfrentando barreiras complexas, desde o processo de admissão até a integração no ambiente de trabalho. O estudo aponta que essas barreiras não são apenas físicas, mas também psicológicas, como sentimentos de inferioridade e constantes cobranças enfrentadas pelas PCDs no ensino e nas atividades profissionais. Nesse contexto, o papel do psicólogo organizacional e do trabalho é vital. Este profissional deve compreender e ouvir as necessidades tanto dos empregadores quanto dos empregados, identificando causas de desconforto e trabalhando em atividades que promovam o bem-estar de todos os envolvidos. A pesquisa também enfatiza a importância de políticas públicas e legislações inclusivas, além da necessidade de sensibilização e capacitação de empregadores e colegas de trabalho para criar ambientes organizacionais mais justos e inclusivos.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicologia; inclusão; mercado de trabalho.

## **A ESPETACULARIZAÇÃO DA INTIMIDADE NO INSTAGRAM À LUZ DO FILME O SHOW DE TRUMAN**

ESTHER VALADARES ABREU  
esthervaladaresabreu@outlook.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, a espetacularização da vida íntima no Instagram, indagando quais os possíveis impactos aos sujeitos que compartilham suas existências nesse aplicativo. Busca-se ainda, dentro de uma perspectiva psicanalítica, compreender as dinâmicas desse fenômeno na rede social virtual, comparando-as com o filme “O show de Truman: o show da vida”. A partir dessa perspectiva, infere-se que a superexposição da vida no Instagram causa diversos impactos na subjetividade dos usuários dessa rede social, afetando suas formas de percepção e elaboração.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instagram; espetacularização da vida; o show de truman, subjetividade.

## **NARCISISMO MATERNO: IMPACTOS COGNITIVOS E PSICOSSOCIAIS NA CRIAÇÃO DOS FILHOS**

FLÁVIA DE MELO LIMA  
flaviamelolima@gmail.com

DENISE SANCHES LOPES  
denisesancheslopes@gmail.com

### **RESUMO**

O transtorno de personalidade narcisista (TPN) é um transtorno caracterizado por um padrão persistente de grandiosidade, necessidade de admiração, falta de empatia e um grande senso de direito. O presente artigo é uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo o qual explora sobre os impactos cognitivos, psicológicos e sociais que os filhos de mães que têm o transtorno de personalidade narcisista apresentam, com enfoque nas filhas, pois essas enfrentam lutas únicas, comparadas a seus irmãos. Para além das ambiguidades que um relacionamento mãe e filha possa ter, quando falamos de “narcisismo materno”, deve-se pensar em crescer em um ambiente marcado por manipulação, invalidação das emoções e expectativas irrealistas. O artigo explana sobre o que é o transtorno de personalidade narcisista, sobre a dinâmica familiar e atitudes da matriarca, que utiliza do seu papel institucional sagrado “mãe”, para validar seus comportamentos disfuncionais. Por fim, abordou-se sobre o processo de superação dessas filhas que encontram dificuldades em buscar ajuda, até mesmo no ambiente terapêutico, pois seu sofrimento não é validado pela sociedade em decorrência da construção social sobre o papel de mãe. Muitas vezes é imputado o perdão a qualquer custo, para se manter a coesão familiar e a imagem idealizada de que toda mãe é generosa e boa. Embora o “narcisismo materno” sempre tenha existido, é um fenômeno que está sendo discutido na contemporaneidade, necessitando de mais estudos e aprofundamento, tendo em vista os impactos profundos e complexos na vida dos filhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** transtorno de personalidade narcisista; narcisismo materno; mãe narcisista; maternidade tóxica; pais tóxicos.

**OS IMPACTOS DO RACISMO NA FORMAÇÃO SUBJETIVA DA POPULAÇÃO  
NEGRA: UM ESTUDO SOBRE AS INSCRIÇÕES PSÍQUICAS NA SUBJETIVIDADE  
DA PESSOA NEGRA**

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA  
gabrielctc21@yahoo.com.br

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

**RESUMO**

O presente artigo se propõe a analisar, sob uma ótica psicanalítica, os diversos impactos dos atravessamentos causados pelo racismo no processo de subjetivação da população negra. A partir da obra “A cor do Inconsciente”, de Isildinha Nogueira Batista, busca-se compreender, com uma visão ampla, as complexas experiências que o negro enfrenta ao longo de seu desenvolvimento enquanto sujeito, e como o sofrimento a ele infligido por uma sociedade estruturalmente racista causa constantes marcas mnêmicas em sua condição psíquica. Sobre a discussão que se pretende abordar nesse artigo, diz respeito principalmente ao aspecto inconsciente que o racismo se inscreve na psiquê tanto para o sujeito branco quanto para o sujeito negro. É esse aspecto que faz com que os conteúdos inconscientes ligados ao racismo continuem persistindo, independente da condição socioeconômica e política em que se esteja envolvido. Sendo assim, mesmo que o nos diferentes campos sociais e políticos o racismo possa estar excluído, essa exclusão operaria apenas no campo da consciência do sujeito, que não poderia por si só, determinar o campo do inconsciente.

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo; negro; exclusão; população; sujeito.

## **A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO PARA A SAÚDE MENTAL DOS CANDIDATOS EM PROCESSOS DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAS**

GIOVANA SILVA REZENDE  
giovanasilvarezende3001@gmail.com

JÚLIA BÁRBARA NOGUEIRA  
juliabarbara12@hotmail.com

TAÍS RESENDE CHAVES  
taisresende2001@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo visa identificar as contribuições do profissional psicólogo para o feedback que deve ocorrer no processo de recrutamento e seleção de pessoas. O objetivo geral é refletir sobre a importância do psicólogo para a saúde mental dos candidatos no processo de recrutamento e seleção de pessoas. Para tanto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: conceituar o funcionamento do processo de recrutamento e seleção; conceituar saúde mental; apresentar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua relação com a conduta ética do psicólogo e analisar e discutir a importância do psicólogo para a saúde mental dos candidatos em processo de recrutamento e seleção. Abordar a importância do psicólogo para a saúde mental dos candidatos em processos de recrutamento e seleção de pessoas justifica-se devido à alta demanda de contratações nas organizações e à falta de retorno para os candidatos em processos seletivos, resultando em prejuízos na saúde mental deles. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter descritivo, com resultados tratados de maneira qualitativa, a partir da coleta de dados bibliográficos. Com o levantamento de informações, e suas análises ao longo da pesquisa, foi possível concluir que a integração de práticas éticas, sensíveis e centradas no feedback efetivo no processo de recrutamento e seleção, não só fortalece os vínculos entre candidatos e organizações, mas também contribui significativamente para a construção de uma cultura organizacional pautada na confiança, na integridade e no crescimento mútuo.

**PALAVRAS-CHAVE:** recrutamento e seleção; saúde mental; feedback; psicologia organizacional; mercado de trabalho.

## **A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO A IDOSOS EM CUIDADOS PALIATIVOS**

ISADORA FERNANDA LOPES OLIVEIRA  
isadorafernanda.lopes@gmail.com

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo explora a função do psicólogo nos cuidados paliativos com pacientes idosos, destacando suas contribuições para o bem-estar emocional, psicológico, social e espiritual dos pacientes e familiares. À medida que a população idosa cresce, a demanda por cuidados paliativos aumenta, tornando essencial a integração de abordagens psicológicas para garantir uma qualidade de vida digna nos estágios finais da vida. O estudo revisa a literatura existente sobre o processo de morte e morrer e discute o papel do psicólogo na facilitação da comunicação entre pacientes, familiares e a equipe de saúde, promovendo um entendimento compartilhado dos desejos e necessidades dos pacientes. A importância do suporte psicológico para os familiares também é abordada. Por fim, enfoca-se a importância da inclusão de psicólogos em equipes multidisciplinares de cuidados paliativos para proporcionar um cuidado holístico e centrado no paciente, melhorando significativamente a qualidade de vida dos idosos e oferecendo um suporte essencial para suas famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** cuidados paliativos; morte; psicologia do idoso.

## **OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MULHERES ENCARCERADAS**

JÚLIA BORGES DE FARIA  
juliabfariaa@gmail.com

MARCELO GONÇALVES CAMPOS  
marcelo.campos@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo propõe uma investigação sobre os atravessamentos psíquicos da violência de gênero no âmbito prisional, por meio de uma revisão bibliográfica através da análise de artigos, livros, dados estatísticos oficiais e publicações de relatos apresentados por mulheres encarceradas. Este trabalho analisa os problemas enfrentados cotidianamente pelas detentas, como: abandono institucional, familiar e afetivo; precarização ao acesso a direitos básicos e os impactos psicológicos da violência de gênero. Busca-se evidenciar a importância da inclusão de psicólogos nas redes penitenciárias e a necessidade de discussões sobre o investimento e fiscalização de recursos destinados à saúde mental das mulheres em cárcere. Neste sentido, esse estudo contribui para análise crítica e social sobre os impactos psicológicos das violações de direitos básicos e violência de gênero presente nos presídios, promovendo reflexões sobre as possibilidades de atuação da Psicologia em tal contexto.

**PALAVRAS-CHAVE:** presídios femininos; violência de gênero; mulher encarcerada; abandono; impactos psicológicos da prisão.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NAS ORGANIZAÇÕES**

LAIZA CASTRO MOREIRA  
moreira21laiza@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo tem como principal foco analisar a função do psicólogo na promoção da saúde mental nas organizações. Discute-se a evolução da Psicologia Organizacional e do Trabalho desde o século XIX e se destaca a importância crescente do bem-estar no trabalho para o sucesso das organizações. Enfatiza-se que os transtornos mentais são uma das principais causas de afastamento no Brasil. Utilizando uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica de autores renomados, o estudo aborda a relação entre Recursos Humanos e Psicologia, define saúde mental e bem-estar no trabalho, além de explorar as contribuições do psicólogo na gestão de pessoas, treinamento e capacitação, visando o desenvolvimento dos colaboradores.

**PALAVRAS-CHAVE:** gestão de pessoas; bem-estar; psicologia; saúde mental.

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: ENFRENTANDO AS MUDANÇAS DE  
IDENTIDADE ATRAVÉS DA DIALÉTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL NA  
PERSPECTIVA DE SILVIA LANE**

LIDIANA MATOS CAMPOS  
lidianamatos46@gmail.com

RICARDO LUIZ ALVES PIMENTA  
ricardo.pimenta@fapam.edu.br

NÁDIA PAULA NOGUEIRA  
nadiapaulanogueira@gmail.com

**RESUMO**

A presente pesquisa estudou a problemática das pessoas em situação de rua no Brasil e a questão da identidade. Ancorou-se no recurso de metodologia de revisão bibliográfica na perspectiva da psicologia social, especificamente da autora e pesquisadora Silvia Lane, articulando em certa medida, com autores que dialoguem com a temática em voga. Para a perspectiva da psicologia social, o processo identitário refere-se à compreensão que uma pessoa tem de si mesma em relação aos grupos aos quais ela pertence, podendo ser moldada e influenciada por experiências sociais, interações e contextos ao longo da vida. Nessa perspectiva, investigou-se a problemática das pessoas em situação de rua no Brasil e a questão do processo identitário. No entanto, há algumas tendências gerais que podem ser observadas em várias regiões, como a idade, gênero, vícios, etnia, educação e falta de renda. Observou-se os atravessamentos da exclusão social enquanto movimento de invisibilidade do sujeito, como possível inibidor da subjetividade em processo dialético e os impactos da identidade social da pessoa em situação de rua enquanto imposição da sociedade, em um processo de reificação que a torna produto da própria sociedade. Foram revisadas algumas políticas públicas atuais existentes no Brasil que beneficiem as pessoas que vivem em situação de rua e o impacto que tais políticas refletem nesta população. A pesquisa encerrou com considerações sobre a ética da psicologia e apontamentos sobre a importância das intervenções psicossociais no cotidiano dessas pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicologia social; silvia lane; identidade; pessoas em situação de rua; políticas públicas.

## **INTIMIDADE DIGITAL: AS MOTIVAÇÕES DA SUPEREXPOSIÇÃO DA INFÂNCIA NAS REDES SOCIAIS**

LÍVIA SILVEIRA LIMA  
liviasilveiraa@gmail.com

SIMONE OLIVEIRA COUTO  
silinhacouto@hotmail.com

ANA LUÍSA SILVA RIBEIRO  
analuisa.ribeiro@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo pretende analisar, a partir de uma revisão bibliográfica, o fenômeno do oversharenting, que é caracterizado pela superexposição da infância nas redes sociais. Além disso, traçar brevemente o advento da era digital e suas implicações, verificar a exaltação desmesurada do eu na pós modernidade, investigar os possíveis riscos oriundos deste fenômeno da superexposição para o desenvolvimento psicossocial das crianças e trazer reflexões acerca das motivações por trás desses compartilhamentos, são os principais objetivos desse trabalho. As pesquisas evidenciaram que a superexposição é um elemento contemporâneo, não sendo, por isso, possível mensurar todo o comprometimento que pode causar, além de que, as crianças estão em pleno desenvolvimento. Desse modo, enfatiza-se a necessidade da realização de mais pesquisas e estudos acerca dessa temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** superexposição; desenvolvimento psicossocial; redes sociais; contemporaneidade.

## **A PSIQUE EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA: REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA E INTERVENÇÕES PSICANALÍTICAS**

LUCILENE SOARES DE JESUS  
lucilenedejesus473@gmail.com

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

JAQUELINE DE CÁSSIA SOUZA MOREIRA  
jaquelinemoreira.psi@gmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo propõe-se a discorrer sobre o impacto que a dependência química acarreta na vida do dependente químico. Será abordado como os laços familiares e as dinâmicas inconscientes influenciam e são influenciadas pelo uso de substâncias. Através de um estudo bibliográfico, busca-se compreender a complexidade da dependência química e o quanto ela permeia de forma devastadora os contextos familiar e social. O conceito e as influências do complexo de Édipo na construção da personalidade de um indivíduo serão também analisados. O termo complexo de Édipo foi desenvolvido por Freud (1856-1939) e foi referenciado por ele como o responsável por todas as doenças que abarcam nossa psique, o “complexo nuclear” de cada neurose. Em seu livro *O mal estar da civilização* (1930), Freud traz também referências de grande importância para se alcançar a compreensão sobre o uso de drogas inscrito na clínica da neurose, como ele elabora a relação sujeito-droga ao longo dos seus estudos, em consonância com a teoria das pulsões, onde as drogas entram como recuperação da satisfação pulsional e como um recurso que busca amenizar os sintomas e resistências instaurados pelo complexo de Édipo. Por fim, será descrita e observada a redução de danos, direcionando o tratamento para o indivíduo e suas necessidades sem necessariamente exigir abstinência.

**PALAVRAS-CHAVE:** complexo de Édipo; contribuições da psicanálise; dependência química; dinâmicas familiares; pulsão libidinal; redução de danos.

## AS HERANÇAS ESTRUTURANTES DO AMOR NEURÓTICO, E ALGO MAIS

LUIZ EDUARDO LIMA DE CASTRO  
psi.luizeduardo@gmail.com

RICARDO LUIZ ALVES PIMENTA  
ricardo.pimenta@fapam.edu.br

### RESUMO

A pesquisa analisou as ressonâncias do amor, oriundas do complexo de Édipo na eleição do objeto de desejo, a fim de verificar de que forma seria possível sustentá-lo frente ao estrutural do desamparo. Por isso, pesquisou o tema do amor enquanto determinismo psíquico, advindo de processos econômicos, ancorados pelas imagos infantis, que marcam as reimpresões da vida amorosa adulta. Utilizou-se da metodologia de revisão bibliográfica, especificamente, por meio de leituras freudianas no intuito de compreender o amor e suas variações na dinâmica neurótica. Buscou-se elucidar as invenções do enamoramento neurótico na tentativa de transgressão do mal-estar, diante da afirmativa freudiana de que amar é sofrer, e não amar é adoecer. Nesta finalidade, aprofundou-se no estudo sobre a metapsicologia freudiana para explicar os espólios que delas são constituídos, mais especificamente pela via da repetição, buscando compreender sua relação com o fenômeno da identificação, da fantasia e da transferência. A pesquisa finalizou com considerações de saídas possíveis para o circuito da pulsão, correlacionando teoria e técnica da psicanálise, onde é capaz de inventar movimento para o sujeito percorrer com algo mais, entre o desamparo estrutural e o paraíso imaginário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise; metapsicologia freudiana; neuroses de transferência; repetição; amor.

## O SILENCIAMENTO DOS ENLUTADOS POR SUICÍDIO

MARIA EDUARDA ARAÚJO EUFRAZIO  
mariaeduardaeufrazio2002@gmail.com

GLÊNIA LARA DINIZ JORGE MELO  
glenia.melo@fapam.edu.br

### RESUMO

Na atualidade, a problemática sobre o suicídio é de extrema relevância para nossa subjetividade e coletividade. Um fenômeno de proporções alarmantes que denuncia a presença de um mal estar inerente a um sofrimento psíquico, que nos possibilita interrogar sobre o modo como os sujeitos enlutados lidam com essa dor avassaladora. Este artigo é uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo e descritivo, cujo objetivo é elucidar e compreender como os estigmas sociais influenciam os fenômenos psíquicos intensos durante o processo de luto por suicídio, pelo viés da psicanálise. Dessa maneira, pretende-se enriquecer a compreensão da importância da escuta orientada pela psicanálise na elaboração desse luto.

**PALAVRAS-CHAVE:** ato suicida; estigmas sociais; enlutados; escuta analítica.

## EMOÇÕES E COMPORTAMENTO DOS CONDUTORES NO TRÂNSITO

MÁRIO LUÍS MARTINS FRANÇA  
fisiomariofranca@gmail.com

ROSELI APARECIDA VIEGAS  
roseli.viegas@fapam.edu.br

### RESUMO

O aumento do número de veículos no Brasil tem sido significativo, e de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), atualmente há um automóvel para cada 4,4 habitantes, comparado a 2014, quando a média era de um para cada 7,4. Com o aumento da intensidade no tráfego, também cresce o número de tragédias causadas não apenas por acidentes envolvendo veículos automotores, mas também por conflitos entre condutores. Esta revisão bibliográfica investiga as emoções, o comportamento humano e como estes fatores podem interferir na segurança dos condutores e de terceiros, destacando a raiva, a ansiedade e a depressão como aspectos que comprometem o bom desenvolvimento e segurança na condução de seus veículos. Aborda a habilidade de lidar com as emoções e seus reflexos, enfatizando a necessidade de educação da inteligência emocional e da postura do indivíduo no trânsito. Também examina como as emoções influenciam no comportamento humano e as patologias psíquicas decorrentes da falta de equilíbrio emocional. Pode se dizer que a pesquisa explorara a educação da inteligência emocional e a educação para o trânsito, demonstrando como o cultivo destas podem contribuir efetivamente para o respeito ao próximo, às normas e, por consequência, um trânsito mais seguro. As considerações finais destacam a proximidade entre a teoria da inteligência emocional e a educação dos condutores, sugerindo que a integração destes conceitos promova um ambiente mais seguro e harmonioso nas vias públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inteligência emocional; comportamento no trânsito; educação do condutor.

**FREUD E ABRAMOVIC: POSSÍVEIS LEITURAS SOCIAIS DA PSICANÁLISE NA OBRA “A ARTISTA ESTÁ PRESENTE”**

MARIZA NOVAES MOTA  
marizan.mota@yahoo.com.br

RICARDO LUIZ ALVES PIMENTA  
ricardo.pimenta@fapam.edu.br

**RESUMO**

A pesquisa analisou a relação entre cultura, psicanálise e arte, buscando elucidar através da teoria freudiana como a arte se insere na cultura e quais as possíveis relações dos indivíduos com ela. Sabe-se que a arte está presente na cultura desde os primórdios da humanidade e que tanto a cultura quanto o indivíduo podem se beneficiar dela. A arte e a psicanálise marcam um registro temporal e atemporal na história da cultura e de seus agentes. Nesta perspectiva, a pesquisa recorreu à metodologia de revisão bibliográfica, a fim de extrair interlocuções entre a teoria de Freud e aspectos da biografia e da arte de Marina Abramovic. Foi direcionado à análise, uma obra performática da artista Marina Abramovic nomeada “A artista está presente”, na qual realizou-se leituras sociais psicanalíticas que remeteram à obra a função apaziguadora do sofrimento e também, transgressora diante do sofrer interpelado pelo pacto civilizatório.

**PALAVRAS-CHAVE:** psicanálise freudiana; marina abramovic; cultura; arte; obra “ a artista está presente”.

## **O PAPEL DO PSICÓLOGO NA SAÚDE MENTAL DO CUIDADOR DA PESSOA EM SOFRIMENTO MENTAL**

MARLI GONÇALVES  
marligoncalvesamor@gmail.com

MARINA SARAIVA DE ALMEIDA  
marina.almeida@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo busca compreender como o psicólogo pode contribuir para a saúde mental de cuidadores de pessoas em sofrimento psíquico. A pesquisa se baseia em uma abordagem qualitativa, utilizando a análise de obras de autores renomados, como Paulo Amarante, e uma revisão bibliográfica. Serão explorados conceitos fundamentais da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, além da implementação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e seus impactos na saúde mental dos usuários e seus familiares. Por meio da análise crítica e social, este estudo aborda os desafios enfrentados pelos cuidadores, incluindo estresse, sobrecarga emocional e a necessidade de suporte adequado. O papel do psicólogo é discutido em termos de apoio emocional, educação sobre transtornos mentais, desenvolvimento de redes de suporte, promoção de práticas de autocuidado e intervenções psicossociais. A pesquisa destaca a importância do acompanhamento contínuo dos cuidadores para identificar sinais de esgotamento e ajustar estratégias conforme necessário. Pretende-se com este trabalho promover uma reflexão sobre a importância do papel do psicólogo na promoção da saúde mental dos cuidadores, contribuindo para um cuidado mais integral e humanizado. O objetivo é garantir que os cuidadores possam oferecer um suporte de qualidade sem comprometer seu próprio bem estar, melhorando assim a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo de cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE:** papel do psicólogo; saúde mental; cuidador; pessoa em sofrimento mental.

## **A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NO PERÍODO GESTACIONAL**

PALOMA GONÇALVES LACERDA PIMENTA  
palomalacerda.psico@gmail.com

ROSELI APARECIDA VIEGAS  
roseli.viegas@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo do presente artigo visa abordar a importância da assistência psicológica no período gestacional apresentando em primeiro momento conceitos referentes ao período gestacional e a história da maternidade. Por conseguinte, apresenta informações acerca dos índices de gravidez anuais e os benefícios que essa assistência pode trazer na vida da mulher. Conceitos referentes aos aspectos gerais da maternidade deram segmento ao trabalho, proporcionando maiores conhecimentos sobre o assunto. Foram elegíveis para a elaboração do trabalho 20 publicações a respeito do tema. Dando segmento ao trabalho, discorre-se o contexto histórico da chegada da psicologia na assistência à mulher, a importância da assistência psicológica na gravidez, e os tabus que ainda existem e levam essas mulheres a não optar por buscar atendimento especializado durante esse período tão importante. Sendo assim, como conclusão, nota-se que o pré-natal psicológico se configura como primordial na medida em que se compreende que a maternidade não é instintiva, mas sim construída, ensinada e vivenciada na prática, o que faz com que tal pauta seja de extrema relevância ao que tange o desenvolvimento de um olhar empático e sensível à mulher, levando em consideração todos os aspectos envolvidos em sua realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** pré-natal; período gestacional; assistência psicológica; maternidade; gravidez.

## **PERDAS, LUTO E SENTIDO SOB A PERSPECTIVA DA CLÍNICA HUMANISTA EXISTENCIAL**

REGINA GONÇALVES DE OLIVEIRA  
reginaoliveiraoliveira@yahoo.com

ÉSER TÉCIO PACHECO  
eser.pacheco@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo objetiva a compreensão da relação existente entre perdas, luto e o sentido da vida, sob a perspectiva humanista existencial, bem como, aponta propostas de intervenção clínica para a elaboração do trabalho de luto e o encontro do sentido após perdas significativas. Para tanto, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, prioritariamente com os estudos do psicólogo Carl Ransom Rogers e do neuropsiquiatra Viktor Emil Frankl. É apresentado um estudo de caso clínico, que permitiu a observação prática, a vivência clínica da rica experiência da elaboração do trabalho do luto, a emocionante jornada que perpassa a dor extrema, a autotranscendência e o encontro do sentido. Dessa forma, o estudo mostra a importância da intervenção terapêutica nos casos complexos de luto e perda de sentido existencial e é um lembrete sobre a relevância da escuta qualificada, da necessidade do atendimento empático, acolhedor e sem julgamento em ambiente clínico.

**PALAVRAS-CHAVE:** : morte; elaboração do luto; sentido existencial; clínica humanista existencial

## **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA ADOLESCÊNCIA E A BUSCA POR REFERÊNCIAS NAS REDES SOCIAIS**

TAINARA FRANCIELE LINHARES  
tainaralinharespsi@gmail.com

GLÊNIA LARA DINIZ JORGE MELO  
glenia.melo@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem como objetivo abordar os conceitos norteadores que apontam a adolescência enquanto uma construção na contemporaneidade e seus atravessamentos. Será abordado como os adolescentes lidam com o luto simbólico das perdas inerentes ao crescimento, como acontece a perda do corpo da infância e a perda de figuras de identificação. Serão analisadas também as formas de identificação que os jovens estabelecem nas redes sociais, a busca por pertencimento e validação e os impactos dessas interações virtuais na formação da identidade. Tem como fundamentação teórica apoiada na psicanálise, embasando-se em autores como Sigmund Freud, Contardo Calligaris e Jacques Alain Miller. Portanto, pretende-se elucidar as influências das mídias sociais na adolescência, contribuindo na formação de um olhar ampliado da adolescência como um construto do seu tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** adolescência; identidade; mídias sociais.

## **UM ESTUDO ACERCA DO PAPEL DA PSICOLOGIA PERANTE OS IMPACTOS DA HOMOFOBIA INTERNALIZADA EM HOMOSSEXUAIS**

VINÍCIUS EDUARDO SANTOS DUARTE  
viniciusduarte.psi@gmail.com

GLÊNIA LARA DINIZ JORGE MELO  
glenia.melo@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo é compreender, por meio de pesquisa bibliográfica, como a homofobia internalizada pode impactar na subjetividade de pessoas homossexuais e elucidar a atuação e os atravessamentos éticos da psicologia para a superação de tal impasse. Para tanto, será elucidado, por meio de um recorte sócio-histórico da Antiguidade grega, Idade Média e Modernidade, como as opiniões da sociedade se modificaram sobre a homossexualidade até a contemporaneidade. Após essa contextualização, será apresentada a concepção contemporânea de homofobia e suas múltiplas manifestações. Em seguida, o artigo discorrerá sobre o fenômeno da homofobia internalizada, seus impactos e principais influências na vida de pessoas homossexuais. Como pretensão final, serão clarificadas contribuições e diretrizes éticas importantes para a atuação da psicologia frente a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Homossexualidade; homofobia; homofobia internalizada; ética em psicologia.

## DIREITO - 2º. SEMESTRE DE 2024

**INFLUÊNCIA DA LEI DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA SUA IMPLEMENTAÇÃO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

ADRIANO MARTINS DE SANT'ANA  
martinssantana@hotmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

**RESUMO**

Ao longo dos anos, diversas foram as tentativas de se legislar sobre a questão fundiária e habitacional no Brasil e, em 2017, foi publicada a Lei 13.465 – Lei de Regularização Fundiária Urbana e Rural, abrangendo medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. Assim, considerando a inovação trazida, necessário se torna a análise do instituto a fim de se verificar de que maneira a implementação da Lei de Regularização Fundiária Urbana influencia para o desenvolvimento das cidades e para a efetivação do direito à moradia, considerando os possíveis efeitos negativos que afetam a população de baixa renda. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa do tipo indutiva, cuja metodologia aplicada consistirá, principalmente, na pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do estudo de artigos científicos, livros e periódicos das áreas das ciências jurídicas e sociológicas, considerando o caráter multidisciplinar do tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** regularização fundiária; direito à moradia; especulação imobiliária; gentrificação.

## **TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS: ANÁLISE JURÍDICA E SUAS IMPLICAÇÕES**

AMANDA ROCHA GARCIA  
amandarochagarcia@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa os principais instrumentos jurídicos internacionais que regulam o tráfico humano, um dos maiores desafios globais do século XXI, que viola a dignidade e a liberdade de milhões de pessoas. O artigo aborda a definição e as características do tráfico humano, segundo o Protocolo de Palermo (2000), a Convenção do Conselho da Europa sobre a Luta contra o Tráfico de Seres Humanos (2005) e a Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (2011). O artigo também discute os avanços e os desafios na implementação desses instrumentos, bem como as possíveis soluções e recomendações para melhorar a cooperação internacional, a prevenção, a repressão e a proteção das vítimas.

**PALAVRAS-CHAVE:** tráfico humano; instrumentos jurídicos internacionais; cooperação internacional; proteção das vítimas.

## **CRIMES DE REDUÇÃO DA PESSOA À SITUAÇÃO ANÁLOGA À ESCRAVIDÃO: INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO PARA A SUA EVITAÇÃO**

ANA CAROLINA SILVA DE OLIVEIRA  
oliveiraanacarolina974@gmail.com

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Visa-se, através da presente pesquisa científica, tratar sobre a eficácia das medidas preventivas e de combate ao crime de redução à condição análoga à de escravo e as possíveis violações ao princípio da dignidade humana. Salienta-se que o artigo 149 do Código Penal Brasileiro apresenta todos os elementos caracterizadores desse delito, quais sejam, a submissão a trabalhos forçados ou exaustivos, a sujeição dos trabalhadores a condições de trabalho degradantes ou a restrição da liberdade de ir e vir (em decorrência de possíveis dívidas contraídas para com esse empregador ou representante). Diante disso, muitos doutrinadores e juristas passaram a questionar a eficácia das medidas preventivas e de combate ao crime suscitado, bem como o nível de violação do princípio da dignidade humana. Com subsídio na temática apresentada, coaduna-se com o posicionamento de que o crime de redução a condição análoga à de escravo constitui-se como uma conduta gravosa, que viola nitidamente o princípio da dignidade humana e que exige uma tomada de medidas mais incisivas e eficazes por parte do poder judiciário, legislativo e executivo. Com relação à metodologia adotada, enfatiza-se a utilização de instrumentos bibliográficos, doutrinários e jurisprudenciais, haja vista que se trata de um tema predominantemente teórico e com critérios qualitativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** redução a condição análoga à de escravo; princípio da dignidade humana; políticas públicas contemporâneas; trabalho escravo; efetividade.

## **LIBERDADE PROVISÓRIA: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 310 PARÁGRAFO SEGUNDO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

ANA CLARA CAMPOS TEIXEIRA  
anac3998@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho acadêmico tem como objetivo construir uma análise da liberdade provisória a partir da reforma processual trazida pela Lei 13.964/2019, o pacote anticrime, elaborada no ano de 2019 o legislador abordou o tema de uma forma restritiva em relação às garantias constitucionais, o intuito do projeto sempre foi o enfrentamento mais pesado da criminalidade e a norma ajustou o tópico impondo vedação sobre concessão da liberdade provisória no parágrafo §2º do artigo 310 do Código de Processo Penal, aumentando as hipóteses em que a liberdade deve ser denegada pelo juiz. Manifestamente, essa alteração trouxe grandes questionamentos no mundo jurídico acerca da constitucionalidade. O Direito Constitucional foi usado para demonstrar essas normas e o criminal para elaborar uma análise mais profunda sobre o tema que gerou reflexões norteadoras do presente estudo como, por exemplo, se a aplicação desse parágrafo pode ser considerada incompatível com princípios constitucionais e direitos fundamentais? Qual importância da Proteção dos Direitos Fundamentais na análise da prisão preventiva e como uma revisão periódica sobre a atuação Estatal previne abusos? Ao final deste trabalho pretende-se levar a reflexão garantista do processo criminal, na qual o legislador entenda que a prisão preventiva deve seja mantida apenas quando estritamente necessária e que não se prolongue indefinidamente sem justa causa. Atendendo a esse fim foram utilizadas doutrinas de Flávio Martins, André de Carvalho Ramos, Rogério Greco entre outros, e a metodologia utilizada foi a bibliográfica, foram incluídos conceitos de Direito Constitucional e de Direito Criminal. Com o tema visa-se levar ao conhecimento social o quão problemático pode ser quando o legislador não utiliza a Constituição Federal e os princípios básicos do Direito para elaborar normas tão importantes quanto o direito à vida, liberdade e propriedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** direito a liberdade; pacote anticrime; inconstitucionalidade.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL DECORRENTE DO ABANDONO AFETIVO: UM ESTUDO SOB OS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO DO DANO**

ANA FLÁVIA FERREIRA GOMES  
anaffg2202@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A responsabilidade civil é um pilar central do direito brasileiro, tratando das consequências jurídicas de atos que causem prejuízo a terceiros. Originalmente concebida para a reparação de danos materiais, sua aplicação foi ampliada ao longo do tempo para abranger também os danos imateriais, especialmente os danos morais. No contexto do direito de família, a responsabilidade civil por dano moral adquire relevância ao considerar os impactos psicológicos e emocionais decorrentes de omissões, como no caso do abandono afetivo. Esse tipo de abandono ocorre quando um dos genitores falha em estabelecer ou manter um vínculo emocional com o filho, seja por ausência física ou por negligência afetiva, violando direitos fundamentais como o direito à convivência familiar e à dignidade da pessoa humana. Essa conduta prejudica o desenvolvimento integral da criança ou do adolescente, configurando um dano moral passível de reparação. Este trabalho adota uma metodologia qualitativa e exploratória, baseada na análise bibliográfica e documental. Foram examinados textos doutrinários de renomados autores do direito civil e do direito da família, além de decisões judiciais relevantes que ilustram a aplicação prática do conceito de responsabilidade civil por abandono afetivo. A pesquisa também abrangeu uma revisão detalhada das cláusulas gerais de responsabilidade aplicadas pelos tribunais, como a dignidade da pessoa humana e a função social da família. O marco teórico foi construído com base em autores como Maria Helena Diniz, Carlos Roberto Gonçalves e Daniel Schor, que oferecem subsídios fundamentais para compreender a responsabilidade civil no direito de família. Também foram analisados os princípios constitucionais de proteção à criança e ao adolescente, com destaque para o artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na conclusão, argumenta-se que a responsabilização por abandono afetivo não busca apenas a compensação financeira, mas também a promoção de uma mudança comportamental, incentivando genitores a cumprirem seus deveres afetivos. Ressalta-se que a indenização por danos morais possui um caráter pedagógico e preventivo, ao passo que protege a integridade psicológica de crianças e adolescentes, promovendo o fortalecimento das relações familiares. Por fim, o estudo enfatiza a necessidade de uma aplicação criteriosa e contextualizada das indenizações, considerando as peculiaridades de cada caso para evitar distorções ou banalização da responsabilidade civil no âmbito familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** família; responsabilidade civil; abandono afetivo; criança; dano moral.

## **AS DIFICULDADES DE IMPLANTAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**

ANA KAROLINA BARCELOS DIAS  
anabarcelos222@hotmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

As compras realizadas pela administração pública devem seguir procedimentos licitatórios específicos, essenciais para assegurar uma gestão transparente e democrática. O processo licitatório permite a aquisição de bens e serviços de qualidade, garantindo o melhor preço. Este artigo examina a modalidade de pregão eletrônico, que, com a implementação da Lei nº 14.133/2021, substitui a versão presencial e se destaca pela sua agilidade e eficiência. A análise abrange as principais vantagens do pregão eletrônico, como a redução de custos operacionais e o aumento da competitividade, além das desvantagens e dificuldades enfrentadas na execução dessa modalidade, como a dependência tecnológica e a adaptação dos órgãos públicos. O estudo visa entender os impactos da transição para o formato eletrônico na administração pública, destacando os desafios e os benefícios dessa mudança.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração pública; licitação; lei; pregão eletrônico; modalidades de licitação.

## A CONSTITUCIONALIDADE DA PEJOTIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TST E DO STF

ANA LUIZA SILVA OLIVEIRA  
aninhaasilva176@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### RESUMO

Este trabalho explora a pejetização nas relações de trabalho no Brasil, prática que envolve a contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas, em vez de empregados formais, e que tem gerado relevantes discussões jurídicas e sociais. O objetivo foi analisar a constitucionalidade da pejetização a partir das interpretações do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliando os limites e as condições em que essa prática pode ser considerada legítima. A metodologia adotada baseou-se em uma revisão bibliográfica e análise jurisprudencial, examinando decisões judiciais e produções acadêmicas sobre o tema. Os resultados indicaram que, embora a pejetização permita maior flexibilidade contratual, ela frequentemente leva à precarização do trabalho quando utilizada para ocultar vínculos empregatícios. A pesquisa concluiu que o TST e o STF têm reconhecido a pejetização como constitucional somente em situações onde o trabalhador realmente possui autonomia e ausência de subordinação, pessoalidade e habitualidade. Em casos onde esses elementos estão presentes, prevalece o vínculo empregatício, e a pejetização é vista como uma prática fraudulenta. Por fim, o estudo recomendou uma regulamentação mais específica para assegurar que a pejetização seja utilizada de forma justa e não comprometa os direitos fundamentais dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** pejetização; direitos trabalhistas; regulação do trabalho; constitucionalidade da pejetização; precarização do trabalho.

## **A IMPORTÂNCIA DO PENSIONAMENTO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SOB A LUZ DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA**

BRENDA LORRAINE VIEIRA  
brendinha2007@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho aborda a importância do pensionamento como mecanismo de suporte econômico para vítimas de violência doméstica, com foco na promoção da autonomia financeira e emocional das mulheres afetadas. O objetivo central foi investigar os desafios no acesso ao pensionamento e analisar sua eficácia como medida de proteção econômica, especialmente quando articulado com políticas públicas de capacitação profissional e microcrédito. A metodologia adotada consistiu em uma revisão narrativa de literatura, buscando identificar lacunas e boas práticas no apoio financeiro às vítimas. Os principais resultados evidenciaram que o pensionamento contribui significativamente para a segurança financeira das mulheres, incentivando a reestruturação de suas vidas longe do ambiente abusivo. Observou-se, ainda, que políticas públicas integradas, incluindo redes de apoio jurídico, psicológico e campanhas informativas, aumentam a efetividade do pensionamento, ampliando o alcance dos benefícios dessa medida. No entanto, foram identificadas barreiras estruturais, como a falta de uniformidade no acesso e a necessidade de capacitação dos profissionais do sistema judiciário. A conclusão sugere que o pensionamento, embora eficaz, deve ser complementado por uma abordagem intersetorial para alcançar melhores resultados e garantir a plena recuperação econômica das vítimas. Pesquisas futuras podem focar no impacto de longo prazo do pensionamento e na eficácia de políticas públicas interconectadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** pensionamento; violência doméstica; autonomia econômica.

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: ANALISANDO AS PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS**

CARLA IMENES  
carlaimenes@ufv.br

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo se propõe a compreender articulações entre Direitos Humanos e Educação, estabelecendo como principal foco de interesse o estudo das políticas públicas referentes à Educação em Direitos Humanos (EDH). O objetivo é analisar criticamente as potencialidades e limites do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Programa Nacional de Direitos Humanos, das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e do Caderno de Educação em Direitos Humanos. A metodologia utilizada é a pesquisa documental. O artigo pauta-se em três aspectos: i) o estudo dos documentos oficiais sobre EDH; ii) a análise dos conceitos e conexões entre democracia, cidadania, direitos humanos e educação; iii) o compartilhamento das principais inferências de pesquisa. Admoesta-se que é inegável a relevância e o espaço que a EDH conquistou nos planos e programas governamentais. Entretanto, sua exequibilidade tem sido comprometida significativamente, devido ao tema ser tratado exclusivamente como orientação educacional e a notória ausência de verba específica para implantação.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação; direitos humanos; cidadania e democracia.

## DIVULGAÇÃO DE IMAGEM NO WHATSAPP E DANOS MORAIS

CARLOS BRUNO SANTOS SILVA  
scarlosbruno78@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### RESUMO

Este artigo examina as violações ao direito à imagem no ambiente digital, com ênfase nas consequências morais decorrentes do uso não autorizado de imagens na plataforma WhatsApp. Partindo de uma análise jurídico-doutrinária e jurisprudencial, o estudo investiga como o ordenamento jurídico brasileiro — amparado na Constituição Federal, no Código Civil, no Marco Civil da Internet e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — busca proteger o direito à imagem e oferecer reparação às vítimas que sofrem abalos à sua dignidade, privacidade e honra. A pesquisa destaca que a divulgação indevida de imagens tem gerado danos morais profundos, especialmente em razão da instantaneidade e da viralização proporcionadas por redes sociais e aplicativos de mensagens. Casos emblemáticos na jurisprudência, como os julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), demonstram que o reconhecimento dos danos morais está condicionado à comprovação da ofensa à honra, à intimidade ou à reputação das vítimas, ainda que não haja necessidade de comprovar prejuízo material. As decisões também reforçam a importância de critérios como a extensão da repercussão e o dolo ou culpa do agente infrator na fixação das indenizações. O artigo explora ainda o papel das plataformas digitais no controle de conteúdos ofensivos, analisando a responsabilidade subsidiária prevista no artigo 19 do Marco Civil da Internet, que condiciona a responsabilização das plataformas ao descumprimento de ordens judiciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** direito à imagem; whatsapp; danos morais; jurisprudência; liberdade de expressão.

## **ESTUDO DA FALÊNCIA DA EMPRESA E AS REPERCUSSÕES NA SEARA JUSTRABALHISTA**

CELESTYANE LÍVIA SEVERINO DE SOUZA  
celestyanelivia88@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA  
graciane.saliba@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo principal deste artigo é compreender os impactos da falência nos direitos dos trabalhadores, elucidar as regras e impactos que poderão ser gerados ao serem mantidos nas Leis 11.101/05 e 14.112/2020. Assim, a referida análise trará conhecimento em relação a competência para julgar processos trabalhistas e a legalidade de regras mantidas pela nova lei de falências. A verificação da existência de proteção e aplicação efetiva dos direitos dos trabalhadores em caso de falência é o objetivo do presente estudo, além da busca pela compreensão do funcionamento e procedimento da fase de execução dos créditos trabalhistas em caso de falência e seu local de tramitação. O artigo verifica os fatores que trazem dificuldade na aplicação dos direitos trabalhistas, bem como compreender as desvantagens trazidas ao trabalhador pela nova Lei de falência no que tange ao estabelecer procedimentos a serem seguidos na seara trabalhista e normatizar a fase executória de modo que prejudique o empregado. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas do processo falimentar e a necessidade de uma proteção aos direitos trabalhistas conquistados.

**PALAVRAS-CHAVE:** direito dos trabalhadores; falência empresarial; competência; execução dos créditos trabalhistas; lei da falência.

## A ANÁLISE DA DESCONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA EM RAZÃO DO ABANDONO AFETIVO

DANIELLA CHAVES DE REZENDE  
daniellachavesr@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### RESUMO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a todos os cidadãos os direitos básicos à vida, como a dignidade, a proteção da família e a proteção integral da criança e do adolescente. No entanto, há a infração desses direitos frente ao abandono afetivo, delimitação esta que não é regulamentada na atual legislação brasileira. Assim, este artigo busca detalhar o abandono afetivo nas esferas social e legislativa, analisando as possibilidades de desconstituição da paternidade biológica em razão do abandono socioafetivo. Nota-se que a criação de um indivíduo em um ambiente afetivo corrobora um crescimento saudável, trazendo bem-estar e autoconfiança para as crianças. Frente a um ambiente de negligência, omissão ou desafeto do genitor em relação a sua prole, podem ocorrer danos irreparáveis na vida emocional e social desse filho. Nos requisitos legais, existe a obrigação de ressarcir ou corrigir danos causados a outrem em vista da ocorrência de ações negligentes, ou até ilícitas, imprudentes ou omissas. Além disso, a jurisprudência permite que a premissa da tutela da dignidade da pessoa humana deve ser aplicada para fins de desconstituir a paternidade biológica quando se vislumbra o abandono afetivo, isto porque, obrigar o abandonado a manter vínculos com o genitor, representaria a afronta literal à dignidade do filho. No entanto, ainda não há pacificação do tema em todos os tribunais nacionais, exigindo uma análise minuciosa da particularidade de cada caso, devendo ser vislumbrado o inequívoco abandono afetivo, para fins de lastrear a referida exclusão. Desse modo, para abordagem do tema foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, com base na análise de artigos científicos acadêmicos, doutrinas, legislação e jurisprudência disponíveis sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** abandono afetivo; paternidade biológica; paternidade socioafetiva; desconstituição; responsabilidade civil.

## **DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÃO: DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA COMO MODO DE GARANTIR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE**

EDUARDA HENRIQUE SIMIÃO SILVA  
eduardahsimiao@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo examina o instituto da desapropriação e sua relação com a função social da propriedade, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988. A análise detalha os aspectos jurídicos da desapropriação urbanística, destacando a importância do direito à moradia e os critérios constitucionais para a execução da desapropriação, como o interesse público e a justa indenização. O estudo também aborda o papel do Poder Judiciário na proteção dos direitos dos proprietários e na aplicação da função social da propriedade. Além disso, são discutidas questões relativas à indenização, incluindo benfeitorias e lucros cessantes, com propostas de melhorias no processo expropriatório, buscando maior eficiência e justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** desapropriação; função social da propriedade; indenização; direito à moradia; constituição federal.

## **JUSTIÇA RESTAURATIVA E DIREITO PENAL: INTEGRAÇÃO AO SISTEMA PENAL E SEUS EFEITOS SOBRE A REABILITAÇÃO DOS INFRATORES E NA REPARAÇÃO DAS VÍTIMAS**

ELEN CRISTINA CAPANEMA GONÇALVES  
elencristinacapanemagoncalves@yahoo.com.br

FRANCISCO JOSÉ VILAS BOAS NETO  
francisco.neto@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho aborda a evolução histórica da justiça, destacando a transição de modelos baseados na retribuição para práticas contemporâneas mais inclusivas, como a justiça restaurativa. O estudo explora os fundamentos teóricos dessa abordagem, suas origens e benefícios, como a reparação de danos, a reabilitação de infratores e a promoção da reintegração social. Analisam-se experiências internacionais e nacionais, incluindo desafios enfrentados em sua implementação no Brasil. A pesquisa demonstra que a justiça restaurativa não apenas complementa o sistema penal tradicional, mas também oferece soluções para suas limitações, como altos índices de reincidência e insatisfação das vítimas. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, com busca no Google Acadêmico, focando em estudos que reforçam a aplicabilidade da justiça restaurativa no contexto brasileiro. Este estudo contribui para a compreensão de práticas mais humanas e eficientes na resolução de conflitos criminais.

**PALAVRAS-CHAVE:** justiça restaurativa; sistema penal; reparação; reabilitação; Brasil.

## **TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: IMPLICAÇÕES LEGAIS E SOCIAIS PARA OS TRABALHADORES E AS CONSEQUÊNCIAS DIANTE DAS REFORMAS TRABALHISTAS**

ERIC GUIMARÃES DE SOUZA  
ericsouzadgm@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA  
graciane.saliba@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo discute sobre Trabalho e Terceirização no Setor Bancário: implicações legais e sociais para os trabalhadores e as consequências diante das reformas trabalhistas. Analisa o que é trabalho, teorias econômicas do trabalho, terceirização, organização do trabalho, consequências para os trabalhadores, terceirização e as reformas trabalhistas. Apresenta o problema: Até que ponto a terceirização compromete os direitos trabalhistas dos bancários e desafia a responsabilidade social e legal diante das reformas trabalhistas? Hipótese: Constata-se que as consequências negativas para os trabalhadores é a incerteza do emprego, gerando angústia e sofrimento social. Empregou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica qualitativa descritiva, utilizando-se como fontes, artigos científicos indexados nas bases de dados do Google, Scielo, e outras que abordaram a temática. Ante essa insegurança recorrente, necessário arrazoar sobre a terceirização e as reformas trabalhistas, tendo em vista que as mesmas estabeleceram a terceirização em atividades meio e fim. Importante, ainda, ressaltar sobre os direitos e benefícios que são perdidos com a suposta “troca de empresa” pela subcontratação. Das pesquisas, resultou que há uma tendência global de precarização dos empregos bancários e da sociedade entendida como força de trabalho, favorecendo apenas as bilionárias instituições financeiras, em detrimento das políticas públicas de proteção social, promovendo a exclusão dos trabalhadores. Conclui-se que a terceirização promove a instabilidade nos empregos, perda de direitos trabalhistas, refletindo na saúde mental do trabalhador e generalizado sofrimento social, gerando maior riqueza das instituições financeiras, redução dos custos de produção com o emprego de mão de obra barata em detrimento dos funcionários bancários concursados e especializados.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; terceirização; trabalhadores; consequências; reformas trabalhistas.

## ESTUPRO MARITAL E VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE SEXUAL DA MULHER

EVÂNIA GIZELE RODRIGUES DE FARIA  
giza.faria11@gmail.com

GEOVÁ NEPOMUCENO MOTA  
geova.mota@fapam.edu.br

### RESUMO

Este trabalho examina o estupro marital como uma das mais persistentes formas de violação da dignidade sexual da mulher no contexto conjugal, analisando a trajetória histórica, jurídica e cultural do referido crime. Ao longo dos séculos, o casamento foi visto como uma instituição de controle social, na qual a mulher, subordinada ao marido, é privada do direito de recusar relações sexuais, fator que terminou por sustentar uma cultura patriarcal que viria a perpetuar a violência e a impunidade. No Brasil, apesar dos avanços legais recentes, como a Lei Maria da Penha e a reforma do Código Penal em 2009, o estupro marital ainda enfrenta barreiras de reconhecimento social e aplicação efetiva da lei, agravadas pela subnotificação e estigmatização das vítimas. O estudo enfatiza a importância de políticas públicas e mudanças culturais para assegurar a dignidade e integridade das mulheres, por meio da discussão da necessidade de uma abordagem integrada que inclua proteção legal e transformação social.

**PALAVRAS-CHAVE:** estupro marital; violência conjugal; dignidade sexual; patriarcado; autonomia feminina.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL DOS DIRIGENTES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITOS**

FABIANA MARIA DA SILVA  
fabianams91mg@gmail.com

RÔMULO DE OLIVEIRA MENDONÇA  
romulo.mendonca@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo geral desse artigo é refletir sobre a responsabilidade civil e penal dos dirigentes de cooperativas de crédito, mostrando os aspectos fundamentais para a gestão ética e eficaz dessas instituições financeiras, que operam com base na confiança mútua dos cooperados. A responsabilidade civil implica que os dirigentes podem ser responsabilizados por danos causados à cooperativa, aos cooperados ou a terceiros devido a ações negligentes, imprudentes ou em desacordo com as normas legais e estatutárias. No âmbito penal, os dirigentes podem ser punidos por práticas ilícitas que configuram crimes, como fraudes financeiras, desvio de recursos e lavagem de dinheiro, com base na Lei nº 5.764/71 e na Lei nº 7.492/86, que regulamentam as cooperativas e o sistema financeiro. Este artigo explora as implicações legais e as sanções aplicáveis, destacando a importância da responsabilidade dos dirigentes para a integridade da gestão e a segurança dos cooperados.

**PALAVRAS-CHAVE:** cooperativa de crédito; responsabilidade penal; responsabilidade civil; gestão; cooperados.

## **ANÁLISE DO FENÔMENO DE ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL E A APLICAÇÃO DO MÉTODO APAC COMO OPÇÃO PARA HUMANIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE**

FILIPE GABRIEL VIANA  
filipegviana@gmail.com

THAÍS MARINHO MORATO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho visa identificar os principais argumentos usados pelos defensores da tese de que a política penal brasileira promove um encarceramento em massa, os quais entendem que há no país um uso excessivo da pena restritiva de liberdade, e propõem que seja feita uma reforma na legislação penal com o objetivo de reduzir aplicação desta medida punitiva, com sua consequente substituição por meios alternativos para o cumprimento da pena. Em contraponto a esta corrente, este estudo apresenta também as principais teses dos críticos à existência de um encarceramento em massa no Brasil, os quais defendem a importância da utilização da prisão na repressão à criminalidade, bem como questionam os dados utilizados por aqueles que entendem haver excesso de presos no sistema penitenciário nacional. A fim de instruir melhor a análise do leitor quanto às teses apresentadas, este estudo traz os principais dados do relatório semestral da Secretaria Nacional de Políticas Penais e também do banco de dados *World Prison Brief*, para que se possa embasar uma análise da realidade das penitenciárias brasileiras. Por fim, apresenta-se o método APAC como exemplo exitoso de aplicação da pena restritiva de liberdade cumprida com dignidade, e com índice de ressocialização expressivo, bem acima do atualmente registrado pelo sistema penitenciário ordinário.

**PALAVRAS-CHAVE:** encarceramento em massa; sistema prisional; pena privativa de liberdade; método APAC; criminalidade.

## **TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: ENFOQUE LEGAL E MEDIDAS INSTITUCIONAIS DE COMBATE**

GABRIEL LIBÉRIO SOUZA MOREIRA  
gabrielliberio3246@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA  
graciane.saliba@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo tem por abordagem o trabalho escravo contemporâneo com enfoque legal e medidas institucionais de combate. Tendo em vista a incidência de constantes relatos de práticas escravagistas na sociedade internacional e brasileira contemporânea, necessário se faz trazer uma discussão para refletir-se sobre o assunto, no intuito de encontrar possibilidades de uma maior conscientização de todos na busca de soluções para esta realidade social. O presente estudo tem por objetivo analisar a situação do trabalho análogo a escravo atualmente no Brasil e os dispositivos garantidores para o combate a esta prática. A problemática da pesquisa se estabelece na seguinte questão: a legislação pátria e o combate institucional são efetivamente eficazes para a eliminação da escravidão contemporânea na realidade brasileira? Para a elaboração da pesquisa foi utilizado um estudo bibliográfico e documental, com a utilização de livros, artigos científicos, leis, julgados e jurisprudências, que são considerados referenciais lógicos científicos para realizar a análise crítica do tema/problema, mediante a construção de análises teóricas e interpretativas. O método empregado para a realização da pesquisa possui fins descritivos e natureza qualitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho escravo contemporâneo; direito do trabalho; combate institucional.

## **DIREITO CIVIL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS NA PRÁTICA JURÍDICA**

GUSTAVO VIEIRA DE MENEZES  
gustavo-vieira-valadares@hotmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA  
julio.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A integração crescente da Inteligência Artificial (IA) nas diversas esferas da sociedade desafia os paradigmas estabelecidos, especialmente no campo do Direito Civil. A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de compreender e normatizar os impactos da IA no Direito Civil, para que se possa aproveitar suas vantagens sem comprometer princípios éticos e jurídicos fundamentais. A pesquisa se faz relevante à medida que fornece uma base para futuras regulamentações e práticas adaptadas às novas realidades tecnológicas, oferecendo um guia para profissionais e legisladores. O objetivo geral do presente trabalho foi analisar os impactos da Inteligência Artificial nas práticas do Direito Civil, com foco em identificar desafios éticos e regulatórios, a fim de propor adaptações nas normativas existentes que acompanhem o avanço tecnológico, e os objetivos específicos determinados foram: Investigar a aplicação da Inteligência Artificial em processos jurídicos específicos do Direito Civil; Examinar as questões éticas e regulatórias levantadas pelo uso da Inteligência Artificial na advocacia privada; Propor diretrizes para a integração responsável da Inteligência Artificial na prática do Direito Civil. Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão de literatura narrativa, visando compilar e sintetizar os estudos relevantes focada em avaliar os impactos e desafios da Inteligência Artificial no Direito Civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** inteligência artificial; direito civil; processo jurídico; regulamentação.

## **A CRIMINALIZAÇÃO DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO E A NOVA FACE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

HELOÍSA TEIXEIRA CHAVES MELGAÇO  
heloisatchaves@icloud.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA  
julio.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo aborda o tema referente à pornografia de vingança, sua criminalização no Direito Penal brasileiro e a nova face da violência de gênero, considerando os impactos sociojurídicos sobre as vítimas. Para isso, foi preciso analisar os conceitos e fundamentos de violência de gênero, pornografia de vingança, seu contexto histórico e ainda o que dispõe o ordenamento jurídico sobre o tema proposto. Da mesma forma, a legislação brasileira foi apresentada como forma de fundamentar a hipótese delineada, demonstrando que o tema merece destaque e uma especial atenção por parte do legislador. A pesquisa realizada baseou-se em análise documental e revisão bibliográfica de natureza qualitativa, através de doutrinas, legislação pátria e artigos científicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** pornografia de vingança; violência de gênero; revenge porn; direito penal.

## **A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: IMPACTOS DA ADPF 779**

ISAQUE MÁXIMO SANTOS  
imaximosantos@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho traz uma análise da tese de legítima defesa da honra, julgada pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 779, que declarou a tese inconstitucional por violar princípios e direitos fundamentais previstos constitucionalmente, como a dignidade da pessoa humana e o direito à vida. Ocorre que a referida tese até recentemente era usada com a finalidade que defender o homem em casos de feminicídios. Dessa forma o objetivo da presente pesquisa foi analisar a tese citada bem como os princípios que se respaldava e ainda analisar os votos dos ministros no julgamento da ADPF 779. Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente é necessário compreender a legítima defesa e sua aplicação na forma de excludente de ilicitude. Logo após é necessário compreender a legítima defesa da honra e como se estruturou devido a sua origem em uma sociedade patriarcal. Por fim, passa ao estudo da ADPF 779, abordando conceito e função do STF no controle de constitucionalidade, e analisando os votos dos Ministros no julgamento. A metodologia usada foi a de pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho tem a finalidade de evidenciar que a aplicação da legítima defesa da honra viola a estrutura constitucional, não se sustentando no ordenamento jurídico brasileiro, não podendo se enquadrar nem mesmo no conceito de legítima defesa propriamente dita.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminicídio; legítima defesa da honra; ADPF 779; violência contra a mulher; direitos fundamentais.

## **A RESCISÃO CONTRATUAL E AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA**

JHENNIFFER CRISTINY OLIVEIRA  
jhenniferoliveira89@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA  
graciane.saliba@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A reforma trabalhista de 2017 trouxe mudanças significativas nas normas de rescisão contratual, como a introdução da demissão consensual e alterações na homologação de rescisões. Essas mudanças visavam flexibilizar as relações de trabalho e reduzir litígios, mas levantaram preocupações sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores. A análise dessas transformações é essencial para avaliar seus impactos na gestão empresarial e na segurança jurídica dos empregados no Brasil. O objetivo geral do presente trabalho foi avaliar os impactos das alterações na legislação de rescisão contratual trazidas pela reforma trabalhista, identificando como estas reformas influenciam as práticas laborais e a proteção dos trabalhadores no Brasil. O presente trabalho teve como metodologia a revisão bibliográfica, tendo como fonte de consulta uma variedade literária relacionada ao tema estudado, tais como o uso de artigos, livros e teses sobre o tema. Constatou-se que a reforma trabalhista de 2017 trouxe maior flexibilidade para rescisões contratuais, beneficiando as empresas, mas podendo levar à precarização das condições de trabalho e insegurança para os empregados se não observadas criteriosamente as intenções. As mudanças, como a demissão consensual e os contratos intermitentes aumentaram a vulnerabilidade dos trabalhadores, especialmente em setores com menor poder de barganha. Constatou-se que, embora as alterações tenham sido consignadas na legislação, podem não retratar as necessidades e nem atender aos princípios do Direito do trabalho, dentre eles o da proteção.

**PALAVRAS-CHAVE:** reforma trabalhista 2017; rescisão contratual; impactos jurídicos; legislação trabalhista.

## **A EXPLORAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO AO LONGO DOS SÉCULOS E SEU IMPACTO NO CAMPO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO**

JOÃO PEDRO MENDES DO CARMO  
joaopedrold144@gmail.com

JOSÉ HENRIQUE RIGHI RODRIGUES  
josehenrique.rodriques@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo analisar a dinâmica tributária ao longo da história do Brasil, investigando como os expedientes opressivos e exploratórios dos colonizadores influenciaram a mentalidade brasileira no que tange aos tributos, gerando uma relação conflituosa entre Estado e cidadão. O estudo também examina como essas práticas moldaram a sociedade atual, favorecendo práticas lesivas ao erário, e apresenta propostas para mitigar esses problemas, destacando a importância de ações educativas que promovam maior conscientização tributária. A escolha do tema justifica-se por sua relevância histórica, econômica, prática e acadêmica, ao abordar, respectivamente, as origens da desconfiança tributária, os impactos da má gestão fiscal, soluções reais para injustiças tributárias e contribuições ao conhecimento interdisciplinar. A pergunta problema central deste estudo é: em que medida as práticas históricas de exploração e expropriação no contexto brasileiro contribuíram para a sensação de abuso e injustiça, gerando um relacionamento conflituoso entre o Estado e o cidadão? Este artigo utilizou a pesquisa bibliográfica como metodologia, servindo-se de uma abordagem fenomenológica, visando compreender a essência dos fenômenos a partir das experiências. O procedimento técnico utilizado foi a análise histórica e interpretativa em âmbito nacional, realizada com base em obras e documentos que abordam a exploração territorial no Brasil e suas repercussões tributárias. Os resultados indicam que o passado de exploração consolidou uma relação turbulenta entre Fisco e cidadão, agravando problemas tributários atuais, mas passíveis de solução por meio de educação fiscal e gestão eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** tributação; exploração colonial; relação estado-cidadão; práticas fiscais; educação fiscal.

## **PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

JOÃO PEDRO SOARES ARAÚJO FERREIRA  
jp.ferreira95@hotmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre o reconhecimento da parentalidade socioafetiva e seus desdobramentos no Judiciário brasileiro. O estudo se desenvolve em torno de objetivos específicos que incluem: as múltiplas filiações passíveis de reconhecimento judicial, sejam elas biológicas ou não; a parentalidade socioafetiva, destacando a importância do afeto na formação dos vínculos parentais; analisar a possibilidade de coexistência entre filiação biológica e socioafetiva, que será um caso de multiparentalidade, assunto também tratado no respectivo artigo; além de verificar o posicionamento do direito pátrio sobre o reconhecimento da parentalidade afetiva nas relações paterno-materno-filial. O estudo classifica-se como dedutivo, descritivo e bibliográfico. O estudo fundamenta-se em obras doutrinárias, legislações e artigos que abordam as mudanças na percepção da filiação e da parentalidade no contexto jurídico contemporâneo. Com a valorização da afetividade como princípio fundamental, o sistema jurídico brasileiro tem se adaptado para permitir que vínculos socioafetivos sejam reconhecidos mesmo após a morte de um dos genitores, com respaldo em decisões judiciais que reconhecem a coexistência da filiação biológica e da socioafetiva, desde que sejam comprovados elementos como a convivência e o afeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** filiação; afetividade; parentalidade; possibilidade; multiparentalidade; reconhecimento.

## ESQUEMAS ILEGAIS DE APOSTAS ESPORTIVAS

JOÃO VICTOR ARRUDA BARBOSA  
ea191476@gmail.com

JÚLIO MORAES OLIVEIRA  
julio.oliveira@fapam.edu.br

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os esquemas ilegais de apostas esportivas no Brasil, abordando práticas como a manipulação de resultados (match fixing), a lavagem de dinheiro e as apostas fantasmas. A pesquisa examina o impacto econômico e social dessas atividades ilícitas, discutindo os desafios enfrentados pelas autoridades para fiscalizar e controlar essas operações. Também é realizada uma análise da legislação brasileira, destacando a Lei das Contravenções Penais, a Lei de Lavagem de Dinheiro, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as leis mais recentes que regulamentam as apostas esportivas no país. Conclui-se que, embora o Brasil tenha avançado na criação de um arcabouço legal para regular as apostas esportivas, ainda há lacunas que dificultam a prevenção e o combate aos esquemas ilegais. O trabalho propõe a necessidade de uma regulamentação mais eficiente, bem como a utilização de novas tecnologias para melhorar a fiscalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** apostas esportivas; manipulação de resultados; lavagem de dinheiro; legislação; esquemas ilegais.

## **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: NOVA FORMA DE (DES)JUDICIALIZAÇÃO DE DEMANDAS E O QUE DISPÕE O CPC**

KAMILA NICOLY MELO CAMPOS  
kaminicc19@yahoo.com.br

JÚLIO MORAES OLIVEIRA  
julio.oliveira@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo tem como tema principal a usucapião extrajudicial que é um modo originário de se obter a propriedade de bens móveis ou imóveis e outros direitos reais, desde que atendidas determinadas condições legais. Devido à sua natureza extrajudicial, tal usucapião ocorre sem o envolvimento do poder judiciário. A pedido do interessado, o procedimento será realizado diretamente no cartório de registro de imóveis da área onde se localiza o imóvel usucapiendo, representado por advogado. O objetivo principal abordado neste trabalho refere-se à desjudicialização da usucapião que, por sua vez, traz contornos novos e mais abrangentes às funções notariais e de registro, bem como ao direito extrajudicial que desempenha um papel importante nesta execução e procedimento, visando proporcionar aos cidadãos mais dignidade, segurança, eficácia e proteção. O procedimento pela via extrajudicial é mais célere e consegue ainda trazer para fora do âmbito judicial as demandas que são possíveis de serem processadas. Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica através de doutrinas, artigos científicos, legislação pátria e jurisprudência sobre o tema. O método de abordagem foi o dedutivo. Após a pesquisa, foi realizado levantamento de dados, fichamento de informações que foram coletadas e dispostas no presente artigo.

**PALAVRAS-CHAVE:** usucapião extrajudicial; desjudicialização de demandas; CPC; direitos reais.

## **AUTODETERMINAÇÃO DO RELATIVAMENTE INCAPAZ EM SE SUBMETER A TRATAMENTO MÉDICO-TERAPÊUTICO**

LARA CRISTINA CAMARGOS BAHIA  
lcjcamargoss@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo abordará autodeterminação do relativamente incapaz em se submeter a tratamento médico-terapêutico. Parte-se dos princípios constitucionais insculpidos na Constituição Federal de 1988 fundamento para os diferentes ramos do Direito que precisam ser interpretados à luz da Constituição. No Direito Civil, é essencial ajustar o conceito de capacidade civil aos princípios da dignidade humana, liberdade e igualdade, para garantir a expressão livre da pessoa em questões existenciais. Isso significa que qualquer pessoa com discernimento suficiente para decidir sobre aspectos relacionados à sua vida deve ter autonomia. Sem essa autonomia, não haveria respeito pleno à sua personalidade. Assim como os indivíduos plenamente capazes, aqueles sujeitos a limitações legais também são reconhecidos como pessoas. Além de serem sujeitos de direitos, eles possuem uma personalidade própria e devem ter garantido o direito à autodeterminação, refletindo sua autonomia privada. Nesse contexto, o presente estudo se propõe a analisar a capacidade de ação do relativamente incapaz de 16 a 18 anos, baseada em seu discernimento proporcional, no contexto de sua autodeterminação em se submeter a tratamento médico-terapêutico, e na possibilidade de expressar sua vontade em diretivas antecipadas. A problemática apresenta-se na seguinte indagação: em virtude da pessoa ser considerada relativamente incapaz de 16 a 18 anos pelo direito pátrio, ele possui autonomia para avaliar e decidir sobre situações existenciais, como as que envolvem o desejo ou não se submeter ao tratamento médico-terapêutico? A metodologia adotada neste estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica, com ênfase na leitura crítica de obras doutrinárias, artigos jurídicos e demais publicações relevantes. Para a condução da pesquisa, foi aplicado o método dedutivo, permitindo a sistematização e a formalização dos resultados.

**PALAVRAS-CHAVE:** capacidade civil; autonomia; bioética; tratamento médico-terapêutico.

## **RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PELOS PREJUÍZOS DECORRENTES DO ANÚNCIO DE JOGOS DE APOSTAS**

LUCAS AGUIAR CAMARGOS  
lucas07aguiar@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Como marco teórico, foram utilizados os conceitos de responsabilidade civil objetiva e subjetiva, fundamentados no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência brasileira, que serviram como parâmetros para o debate sobre a responsabilidade dos influenciadores digitais. O objetivo é analisar se é juridicamente possível responsabilizar esses influenciadores pelos danos causados aos consumidores, considerando os aspectos da responsabilidade objetiva e subjetiva, conforme o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência brasileira. A metodologia foi uma revisão narrativa de literatura, que envolveu a busca e análise de artigos acadêmicos, legislação, doutrina e jurisprudência, com o objetivo de identificar os principais entendimentos e lacunas sobre a responsabilidade dos influenciadores digitais na promoção de jogos de apostas. Os principais resultados indicam que, juridicamente, é viável responsabilizar os influenciadores que, por negligência, imprudência ou dolo, promovem jogos de apostas sem a devida transparência sobre os riscos envolvidos. A responsabilidade objetiva pode ser aplicada em razão do papel ativo dos influenciadores na cadeia de consumo, enquanto a responsabilidade subjetiva se aplica quando há culpa comprovada. Constatou-se que a responsabilização dos influenciadores digitais contribui para evitar práticas abusivas e garantir maior segurança jurídica, protegendo consumidores de possíveis danos decorrentes de atividades de risco, como os jogos de apostas. Além disso, verificou-se a necessidade de regulamentação específica para a atuação desses influenciadores, de modo a estabelecer diretrizes claras e assegurar que suas ações sejam pautadas pela transparência e ética.

**PALAVRAS-CHAVE:** influenciadores digitais; responsabilidade civil; jogos de apostas.

**O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE POST MORTEM DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA: ANÁLISE DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM E SEUS EFEITOS SUCESSÓRIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

LUÍSE ANIELLI GALVÃO LOPES  
luiselopes26@hotmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

**RESUMO**

O presente artigo científico aborda o reconhecimento da filiação socioafetiva post mortem e seus efeitos sucessórios no Brasil, com base na jurisprudência nacional. O estudo explora a evolução histórica do conceito de Direito de Família e de filiação, destacando que a Constituição Federal de 1988 ampliou o entendimento das relações familiares para incluir vínculos afetivos, além dos biológicos ou registrais. Por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise jurisprudencial, o texto demonstra os avanços na aceitação das relações de afeto como juridicamente relevantes. O reconhecimento da filiação socioafetiva post mortem, embora possível, exige prova robusta da existência de uma relação paterno-filial durante a vida do falecido. Caso reconhecida, a filiação socioafetiva confere ao filho o status de herdeiro necessário, implicando efeitos jurídicos significativos. A doutrina e a jurisprudência são destacadas como fundamentais para a evolução interpretativa desse tema no ordenamento jurídico.

**PALAVRAS-CHAVE:** : direito de família; socioafetividade; reconhecimento da filiação post mortem; jurisprudência.

## **A IMPORTÂNCIA DA PREVENÇÃO E RESPONSABILIDADE PENAL EM TRAGÉDIAS EM MASSA: UM ESTUDO FOCAL SOBRE O CASO DA BOATE KISS**

MARCELA CAMPOS FARIA  
marcelacamfaria@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente artigo analisa a responsabilidade penal e civil envolvida na tragédia da Boate Kiss, ocorrida em 27 de janeiro de 2013, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, que resultou na morte de 242 pessoas e deixou centenas de feridos. A partir da denúncia oferecida pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, os acusados – os proprietários da boate, os integrantes da banda e oficiais bombeiros responsáveis pela fiscalização – foram responsabilizados por homicídios e tentativa de homicídios, com base no dolo eventual, caracterizado pela aceitação do risco de causar danos graves. Além da responsabilização penal, foi movida uma ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra oficiais bombeiros que facilitaram a emissão de alvarás de funcionamento da boate sem a devida fiscalização das condições de segurança. O estudo busca refletir sobre os aspectos jurídicos e administrativos que envolvem a responsabilidade pelo desastre, destacando a aplicação de normas penais, a atuação do Tribunal do Júri e a possibilidade de responsabilização dos agentes públicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** responsabilidade penal; improbidade administrativa; dolo eventual; boate kiss; fiscalização.

## **A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA MEDIAÇÃO NO ÂMBITO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE**

MARIA CLARA DE FARIA OLIVEIRA  
mariaclarafoliv@gmail.com

SÔNIA CRISTINA FAGUNDES MALTA  
sonia.malta@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Busca-se, através da presente pesquisa científica, abordar acerca da aplicação do instituto da mediação para fins de resolução de conflitos e a efetividade desse instituto, em comparação com os métodos tradicionais. Diante dessa celeuma, ressalta-se a seguinte problemática: o instituto da mediação mostra-se aplicável para fins de resolução dos conflitos instaurados entre as partes? Objetiva-se, de modo geral, tratar acerca dessa importância da mediação, sob o ponto de vista doutrinário e jurisprudencial. Com relação aos objetivos específicos, tem-se uma pesquisa dividida em tópicos, abarcando o instituto da mediação e seus vieses, os princípios da efetividade, celeridade e acesso à justiça, além de tratar sobre a importância da mediação para a resolução de litígios e para fins de pacificação social no âmbito do direito de família contemporâneo. Quanto aos resultados de pesquisa vislumbrados, coaduna-se com o posicionamento de que o instituto da mediação proporciona às partes uma possibilidade de resolução daquela contenda de modo justo, equânime, célere e efetivo, desde que pautado pelas diretrizes contidas na Magna Carta de 1988 e nas demais legislações vigentes. Salienta-se também a possibilidade de aplicação da mediação, mesmo que se trate de demandas do Direito de Família, ou seja, questões que envolvam o estabelecimento da guarda de menores, da fixação de alimentos, dentre outras situações. Com relação à metodologia adotada, enfatiza-se a utilização de mecanismos bibliográficos, doutrinários e jurisprudenciais, haja vista que se trata de um tema predominantemente teórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** mediação; resolução de conflitos; princípio da efetividade; princípio do acesso à justiça; direito de família.

**UMA ANÁLISE SOBRE O REGIME DA SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS  
SEPTUAGENÁRIOS E A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ARE  
Nº 1309642**

MATHEUS FELIPE VIEIRA RODRIGUES  
matheusfelipevieira760@gmail.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

**RESUMO**

O artigo realiza uma análise de toda a evolução do casamento, abordando aspectos relevantes que influenciaram o seu desenvolvimento ao longo do tempo. O objetivo do estudo foi proporcionar enfoque nas principais mudanças que ocorridas ao longo dos anos, contextualizando-as com o cenário atual. Deu-se especial ênfase na repercussão jurisprudencial da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o regime da separação obrigatória de bens para pessoas com mais de 70 anos. O artigo, busca por meio de uma pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e doutrinária, apresentar as principais linhas de raciocínio sobre o tema, e dialogar sobre os principais argumentos favoráveis e contra da recente decisão, que permitiu a adoção de qualquer regime pelos nubentes maiores de 70 anos. Trata-se de uma reflexão da decisão sob o paradigma democrático, partindo das primeiras concepções de casamento, apresentando toda a evolução histórico-cultural e as principais diferenças entre os regimes de bens, até chegar na decisão constitucional do STF, com enfoque na proteção da dignidade da pessoa humana e a autonomia da vontade do idoso.

**PALAVRAS-CHAVE:** casamento; supremo tribunal federal; separação obrigatória; dignidade da pessoa humana; idoso.

## **ANÁLISE DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

**MATHEUS MORENO FARIA FERREIRA**  
matheusmorenofaria@gmail.com

**CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA**  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa o princípio da presunção de inocência no ordenamento jurídico brasileiro, destacando sua evolução histórica, fundamentos constitucionais e aplicação prática. A pesquisa enfatiza o impacto desse princípio como garantia fundamental do Estado Democrático de Direito, abordando controvérsias jurídicas relacionadas à execução provisória da pena e às recentes decisões do Supremo Tribunal Federal. O estudo também examina a tensão entre a soberania dos veredictos do Tribunal do Júri e os direitos fundamentais, como a liberdade individual e a segurança jurídica. O objetivo é compreender os desafios para a efetiva proteção do princípio, considerando as influências de tratados internacionais e interpretações judiciais divergentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** presunção de inocência; direitos fundamentais; tribunal do júri; execução provisória; ativismo judicial.

## **O DIREITO TRABALHISTA E A PROTEÇÃO DA MATERNIDADE: A DIFÍCIL MISSÃO DE SER MÃE DENTRO DO MERCADO DE TRABALHO**

MELYSSA DE SOUZA ALCÂNTARA  
melyssaalcantara13@gmail.com

GRACIANE RAFISA SALIBA  
graciane.saliba@fapam.edu.br

### **RESUMO**

A proteção dos direitos das mães trabalhadoras no Brasil é um tema de grande relevância, especialmente no contexto de mudanças legislativas e práticas empresariais. Este trabalho aborda a evolução das políticas públicas e das práticas de responsabilidade social corporativa voltadas para a proteção da maternidade no ambiente de trabalho, com ênfase na análise de incentivos governamentais, papel das empresas cidadãs e responsabilidade social corporativa. O objetivo geral do estudo é examinar como essas políticas e práticas impactam a inclusão e a proteção dos direitos das mães no mercado de trabalho. A metodologia utilizada inclui uma revisão bibliográfica detalhada, análise de legislações relevantes, e estudo de casos de responsabilidade social corporativa em empresas. Além disso, são analisadas decisões judiciais que discutem a aplicação das normas trabalhistas e políticas públicas relacionadas à proteção da maternidade. O estudo também contempla a análise de programas específicos, como o Programa Empresa Cidadã, e a forma como as empresas adotam práticas inclusivas. A conclusão revela que, embora haja avanços significativos nas políticas públicas e nas práticas empresariais, ainda existem desafios consideráveis na implementação efetiva desses direitos. O Programa Empresa Cidadã e outras iniciativas têm contribuído para a melhoria das condições para mães trabalhadoras, mas a adesão e a efetividade dessas medidas ainda enfrentam obstáculos. A colaboração entre o governo e as empresas é crucial para superar essas barreiras e garantir que as políticas e práticas sejam amplamente aplicadas, promovendo um ambiente de trabalho mais inclusivo e justo para todas as mães.

**PALAVRAS-CHAVE:** proteção à maternidade; direitos trabalhistas; responsabilidade social corporativa; políticas públicas; inclusão no mercado de trabalho.

**RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR DANOS AMBIENTAIS  
DECORRENTES DE CONDUTAS OMISSIVAS: OS DESASTRES CAUSADOS POR  
ROMPIMENTO DE BARRAGENS**

PAULA DA SILVA GUIMARÃES TAVARES  
paulaguitavares@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu

**RESUMO**

Este artigo aborda a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais resultantes de condutas omissivas, com foco nos desastres causados pelo rompimento de barragens. No Estado Democrático de Direito, o regime jurídico não se restringe às relações entre particulares, estendendo-se também ao Poder Público, que deve arcar com o dever de ressarcir quando sua omissão contribui para a perda de patrimônio de terceiros, por meio da aplicação da Responsabilidade Civil do Estado. O objetivo do estudo é analisar a responsabilidade civil do Estado por danos ambientais em decorrência de suas omissões, especialmente nos casos de rompimento de barragens. A questão central é: o Estado é responsabilizado civilmente pelos danos ambientais causados pela sua omissão na fiscalização das barragens de minérios? A metodologia utilizada foi dedutiva, com pesquisa teórico-bibliográfica e documental, baseando-se em livros, artigos científicos, leis, decisões judiciais e entregues para a análise crítica do tema, por meio de construções teóricas e interpretativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** responsabilidade civil; estado; dano ambiental; omissão; rompimento de barragens.

## **FUNDAMENTOS E IMPLICAÇÕES DA CONFISSÃO NO ACORDE DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL**

PEDRO AUGUSTO DINIZ CAMARGOS  
pedrodinizcm@gmail.com

GERALDO LOURENÇO LEITE  
geraldo.leite@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal e inserido no ordenamento jurídico pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), configura-se como uma significativa inovação no âmbito da justiça penal brasileira, ao buscar a despenalização de condutas delituosas sem violência ou grave ameaça, promovendo a celeridade processual e a economia de recursos judiciais. Este trabalho empreende uma análise crítica da obrigatoriedade da confissão para a celebração do ANPP, investigando os fundamentos jurídicos dessa exigência e suas implicações constitucionais, com especial ênfase nos princípios da presunção de inocência e do direito ao silêncio. O estudo contextualiza o ANPP dentro da justiça penal negociada, contrastando-o com outros institutos como a transação penal e o sursis processual, e explora suas repercussões práticas, notadamente a mitigação da superlotação carcerária e a desoneração do Judiciário. A análise filosófica embasa-se em teorias de justiça retributiva e utilitarista, refletindo sobre o tensionamento entre a eficiência processual e a preservação de direitos fundamentais. Por fim, são propostas reformas legislativas que visam aprimorar o ANPP, como a flexibilização da confissão obrigatória e o fortalecimento das garantias processuais, de modo a equilibrar a eficiência da justiça penal com a proteção das garantias constitucionais dos investigados.

**PALAVRAS-CHAVE:** acordo de não persecução penal; confissão obrigatória; princípios constitucionais; justiça negociada; celeridade processual.

## **A IMPENHORABILIDADE DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NA FASE DE EXECUÇÃO**

PEDRO HENRIQUE BRAGA  
pedrohbraga11@gmail.com

MÁRCIO EDUARDO SENRA NOGUEIRA PEDROSA MORAIS  
marcio.morais@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo analisar a impenhorabilidade de animais domésticos na fase de execução, explorando os fundamentos jurídicos e morais que embasam essa proteção, bem como suas implicações práticas no direito brasileiro. A metodologia adotada foi uma revisão de literatura, envolvendo a análise de doutrina, jurisprudência e artigos científicos relevantes, além de um exame crítico das decisões judiciais relacionadas ao tema. Os resultados revelam que, embora a impenhorabilidade de animais domésticos ainda careça de uma regulamentação específica, a jurisprudência tem reconhecido a importância de proteger os laços afetivos entre humanos e animais, alinhando-se aos princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e proteção à família. Contudo, a falta de uniformidade nas decisões judiciais e a ausência de critérios claros representam desafios significativos. O estudo sugere a necessidade de uma legislação mais clara e a introdução de mecanismos que equilibrem os direitos dos credores e a proteção dos animais. Conclui-se que a impenhorabilidade de animais domésticos é um reflexo da evolução dos direitos dos animais no Brasil, mas que requer ajustes normativos para assegurar sua aplicação eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** impenhorabilidade; animais; domésticos; execução; ajustes normativos.

## **A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO DIREITO À APOSENTADORIA DE MULHERES E HOMENS TRANS**

PEDRO VITOR CIRINO PIMENTEL  
cirinopedro@hotmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a problemática jurídica relacionada ao direito à aposentadoria de mulheres e homens trans, abordando as particularidades e desafios enfrentados por esse grupo na busca por seus direitos previdenciários. A partir de uma abordagem teórica e prática, será investigada a legislação vigente, as decisões judiciais e a interpretação das normas previdenciárias, com foco nas questões de gênero e identidade de gênero. O estudo visa compreender como as especificidades da transição de gênero e o reconhecimento legal das identidades trans impactam a aposentadoria, além de identificar possíveis lacunas no ordenamento jurídico e sugerir soluções para garantir a igualdade de direitos e o acesso efetivo ao benefício. A análise inclui a reflexão sobre os direitos fundamentais, a discriminação e os obstáculos administrativos e sociais que dificultam a plena inclusão de pessoas trans no sistema de seguridade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** aposentadoria; direitos; previdenciários; normas previdenciárias; legislação; trans; discriminação; seguridade social; transição de gênero.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ASSOCIAÇÕES CIVIS

ROMANTER GUSTAVO ALVES SILVA JÚNIOR  
romanterjuniorr@gmail.com

RÔMULO DE OLIVEIRA MENDONÇA  
romulo.mendonca@fapam.edu.br

### RESUMO

Este estudo explora a possibilidade de associações civis acessarem o regime de recuperação judicial previsto pela Lei nº 11.101/2005 (LREF) no Brasil. Tradicionalmente voltada a empresários e sociedades empresárias, a LREF tem suscitado debates sobre sua aplicabilidade a organizações sem fins lucrativos que desempenham atividades econômicas estruturadas e de relevante impacto social e econômico. Por meio da análise jurisprudencial, o trabalho revela controvérsias e lacunas na regulamentação específica para associações civis. Decisões como as relacionadas à OHAEC e à Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis demonstram uma interpretação ampliada da LREF, alinhada ao princípio da preservação de atividades econômicas viáveis. Em contrapartida, casos como o da Maternidade de Campinas reforçam a interpretação restritiva, apontando para a incompatibilidade com a natureza jurídica dessas entidades. O estudo enfatiza a necessidade de reforma legislativa para preencher essa lacuna e fornecer mecanismos específicos para lidar com crises financeiras das associações civis. Propõe-se a flexibilização da LREF ou a criação de regimes específicos de recuperação, de forma a garantir a sustentabilidade dessas entidades e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** associações civis; recuperação judicial; LREF; reforma legislativa; atividades econômicas; Brasil.

## **ANÁLISE DA (NÃO) OBRIGATORIEDADE DO PARECER JURÍDICO SOB A ÓTICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

STEFFANY SANTOS RIBEIRO  
ssteffany531@gmail.com

CID CAPOBIANGO SOARES DE MOURA  
cid.moura@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O principal objetivo deste trabalho é estudar a Lei 14.133/21 de acordo com o Direito Brasileiro em se tratando de parecer jurídico nos processos licitatórios da administração pública em geral, analisando a possibilidade de responsabilização e quais os riscos enfrentados nos processos licitatórios. Em linhas gerais, o parecer jurídico consiste em uma análise prévia de legalidade dos atos administrativos, o que desempenha um papel fundamental para os órgãos públicos, pois fornece orientações legais e técnicas que auxiliam na tomada de decisões mais embasadas e alinhadas com a legislação vigente. Além disso, o parecer jurídico ajuda a prevenir possíveis problemas legais futuros, garantindo a conformidade das ações do órgão público com a Lei. Assim, com o referido tema, visa-se aprofundar a importância do parecer jurídico prévio nas contratações públicas com base na Lei de licitações e contratos administrativos, o qual serão estudadas as seguintes questões: qual a atribuição da assessoria jurídica nos processos licitatórios; critérios de responsabilização; em qual hipótese é dispensado e em qual é obrigatório o parecer jurídico prévio; análise do princípio da segregação de funções com base na Constituição Federal e na Lei 14.133/2021. À vista disso, serão utilizadas as doutrinas de Justen Marçal Filho, Guilherme Carvalho, José dos Santos Carvalho Filho, Marcelo Diógenes Xavier Lima, Hely Lopes Meirelles, autores que discorrem não somente acerca dos temas em questão, mas de todos os preceitos administrativos a ela contrapontos. No que toca à metodologia, será realizada pesquisa bibliográfica, que incluirá consulta a doutrinas como livros, Artigos e pesquisas, bem como documental através da legislação e da jurisprudência pertinente ao tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** parecer jurídico; licitação; direito brasileiro; obrigatoriedade; responsabilidade.

**DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA: UM ESTUDO SOA A ÓTICA DA  
AUTODETERMINAÇÃO DA PESSOA HUMANA E APONTAMENTOS CRÍTICOS  
DAS QUESTÕES PENAIAS**

THIAGO CÉSAR GANDRA CHAVES  
tgandra27@gmail.com

FABRÍCIO VEIGA COSTA  
fabricio.veiga@fapam.edu.br

**RESUMO**

O presente artigo científico visa analisar a autodeterminação da pessoa humana, de forma a embasar o direito fundamental à morte digna, englobando de maneira conjunta o direito à uma vida digna, sob a ótica de possível antecipação do evento morte em pacientes terminais, quando a medicina não apresenta mais capacidade de oferecer intervenção terapêutica a estes pacientes. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica, utilizando-se o método hipotético-dedutivo. A conclusão atingida é a de que o ser humano deve ser respeitado em toda sua integralidade devido à proteção constitucional e a dignidade da pessoa humana, refletindo também nos direitos da personalidade, portanto, infere-se que o processo de desenvolvimento da vida, bem como o processo de morte, este inevitável, deve ser pautado por questões atinentes a autonomia do paciente, para assim ocorrer a proteção dos próprios direitos a ele inerentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** eutanásia; autodeterminação da pessoa humana; morte digna; direitos da personalidade; bioética.

## **O FUTURO DAS DECISÕES JUDICIAIS: INCORPORAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A NECESSIDADE DE ALINHAMENTO COM A DINÂMICA DA REALIDADE JURÍDICA**

VINÍCIUS RAMOS AMARAL  
viniciusamaral0190@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este trabalho aborda o uso da inteligência artificial no sistema judiciário brasileiro, destacando seus benefícios, desafios e limitações. O estudo explora como a IA tem sido aplicada, especialmente em tarefas repetitivas e operacionais, com o objetivo de promover a celeridade processual e melhorar a gestão dos processos. A utilização de sistemas como o VICTOR, desenvolvido pelo Supremo Tribunal Federal, exemplifica a aplicação eficaz da IA na organização de processos e identificação de padrões em jurisprudência. Contudo, o uso da IA em decisões judiciais complexas, como julgamento de mérito e cálculo de penas, levanta questões éticas, especialmente devido ao problema do viés de amostra, que pode perpetuar preconceitos raciais ou sociais. O estudo discute o exemplo do sistema COMPAS, que apresentou falhas relacionadas ao viés racial, e enfatiza a necessidade de cautela ao implementar IA em decisões judiciais. A supervisão humana e a transparência dos algoritmos são essenciais para garantir a imparcialidade e a integridade das decisões. Conclui-se que a IA pode ser uma ferramenta valiosa para aumentar a eficiência do sistema judicial, mas sua aplicação deve ser restrita a funções operacionais, sendo indispensável a análise humana para a tomada de decisões complexas..

**PALAVRAS-CHAVE:** inteligência artificial; celeridade processual; supervisão humana; sistema compas; modernização do judiciário.

## **HERANÇA DIGITAL: OS IMPACTOS DE SUA PROPOSTA DE TUTELA SOBRE A DEFESA PÓSTUMA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

VIVIANE SUELEN DE OLIVEIRA  
vivianesqg@icloud.com

EVANDRO ALAIR CAMARGOS ALVES  
evandro.alves@fapam.edu.br

### **RESUMO**

Este artigo aborda a questão da herança digital sob a perspectiva do sistema de sucessão hereditária em vigor no Brasil. Assim, ele realiza uma análise sobre o momento de início da sucessão causa mortis, a necessidade de uma legislação específica sobre herança digital, apresenta casos notáveis e importantes sobre o tema, discute autores renomados e estudiosos do assunto, e conclui com alguns aspectos práticos que parecem ser difíceis de resolver tecnicamente em relação à herança digital e à legislação brasileira. Neste contexto, a questão centra-se na verificação da (in) compatibilidade da herança digital com a legislação sucessória vigente. Portanto, a metodologia a ser empregada é exploratória, utilizando o método dedutivo, através de pesquisa bibliográfica, jurídica e jurisprudencial, todas especializadas no assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** herança digital; bens digitais; sucessão; patrimônio digital; direitos da personalidade.

## **CRIMES CIBERNÉTICOS EM ÂMBITO CORPORATIVO: DESAFIOS JURÍDICOS E VISIBILIDADE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

YUGO PASCOAL SILVA MENDES  
yugopascoalsm@gmail.com

THAÍS MORATO MARINHO GALVÃO  
thais.galvao@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente estudo visa analisar crimes cibernéticos no corporativo brasileiro, de modo a investigar os desafios jurídicos para garantir a segurança das empresas contra ameaças digitais. Com a ascensão da era digital e o crescimento do uso de dados, o ambiente online tornou-se vulnerável a crimes, que incluem vazamento de informações pessoais e sequestro de dados. Assim, o estudo explora a importância geral da segurança cibernética, justificando-se pela necessidade de uma legislação atualizada que acompanhe as inovações tecnológicas e nuances dos crimes cibernéticos. A relevância jurídica reside na visão de que o direito exerce um papel de proteção para assegurar tanto os direitos dos cidadãos e setor privado. O embasamento para a análise concentra-se em legislações como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que, apesar de representarem avanços na regulamentação digital, ainda apresentam lacunas e desafios para coibir de forma eficiente os crimes cibernéticos. Destaca-se a atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, cujas ações estabelecem diretrizes em relação a violação de dados, mas que ainda precisam ser reforçadas para proteger de maneira efetiva o setor privado. A partir disto, a pesquisa conclui que a implementação de políticas preventivas e atualização contínua das leis de proteção de dados são imperativas para que a legislação brasileira dê garantias palpáveis ao meio corporativo. Deste modo, para atingir os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se do método de pesquisa dedutiva crítica, por sua vez, o estudo se deu por meio de revisão bibliográfica, consultando se livros e artigos pertinentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** crimes cibernéticos; ambiente corporativo; legislação brasileira; LGPD; segurança cibernética.